



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

RONILDA BORDÓ DE FREITAS

**MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:**  
escrevivências de uma estudante negra quilombola

BELÉM - PA

2023

RONILDA BORDÓ DE FREITAS

**MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:**  
escrevivências de uma estudante negra quilombola

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará.

Linha de Pesquisa: Psicologia, Sociedade e Saúde.

Orientadora: Dra. Károl Veiga Cabral

Coorientadora: Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos

BELÉM - PA

2023

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- B727m Bordó de Freitas, Ronilda.  
Mulheres Negras Quilombolas e as Políticas Públicas  
Afirmativas no Ensino Superior na Universidade Federal do Pará :  
escrevivências de uma estudante negra quilombola / Ronilda Bordó  
de Freitas. — 2023.  
78 f. : il.
- Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Károl Veiga Cabral  
Coorientação: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia, Belém, 2023.

1. Mulheres Negras. 2. Escrevivência. 3. Universidade. 4.  
Políticas Públicas. 5. História Oral. I. Título.

RONILDA BORDÓ DE FREITAS

**MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:**  
escrevivências de uma estudante negra quilombola

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará.

Linha de Pesquisa: Psicologia, Sociedade e Saúde.

Orientadora: Dra. Károl Veiga Cabral

Coorientadora: Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Dra. Károl Veiga Cabral–Orientadora (UFPA)

---

Dra. Rafaele Habib Aquime – Membro Interno (UFPA)

---

Dr. Manoel Ribeiro Moraes Júnior – Membro Externo (UEPA)

---

Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo – Membro Externo (UFMT)

O conselho da sabedoria é: Procure obter sabedoria; use tudo o que você possui para adquirir entendimento.

(Provérbios 4:7)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, sou extremamente grata pelo cuidado que Ele tem comigo. Acredito que nada acontece sem a Sua permissão.

Quero agradecer à minha família, especialmente à minha mãe Remilda Bordó, à minha filha Anne Fabi e aos meus irmãos, pelo apoio que sempre me deram. Foi pensando em vocês que encontrei forças para continuar os meus estudos.

Agradeço a toda a minha família em Cristo, minha igreja IPAD Belém, meus Pastores Alfeu Cardoso e Pastor Abraão, pelo cuidado de vocês por mim, pelo apoio e todas as orações.

Agradeço às professoras Profa. Dra. Károl Veiga Cabral e Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos pela acolhida e orientação acadêmica desde a graduação. Obrigada por não soltarem a minha mão e por todo apoio, carinho e afeto. Vocês são inspirações que a vida me presenteou.

Quero agradecer ao Programa de Pós-graduação PPGP-UFPA e à bolsa CAPES, sou imensamente grata por todo o suporte que me deram no Mestrado e que me ajudou a chegar ao final desse ciclo.

Agradeço aos amigos e amigas que me deram apoio psicológico, com quem compartilho histórias e produções, me fazem rir por demais, vocês são uma rede de apoio, obrigada mesmo. Sempre nos ajudamos mutuamente. É bom saber que podemos contar uns com os outros.

Agradeço a Deus por ter me ajudado em todo esse percurso acadêmico, que não é nada fácil para aqueles que chegam a um ambiente que não foi pensado para pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Por fim, agradeço especialmente ao meu quilombo Vila de Umarizal. Se estou chegando até aqui, é porque venho dessa história de movimentos de luta, coragem e reparação.

Aos meus ancestrais que lutaram por nós, e a todas as mulheres do meu quilombo essa vitória é para vocês.

Obrigada, obrigada, obrigada! Vidas quilombolas importam! Viva as Universidades inclusivas!

## RESUMO

O presente trabalho trouxe importantes contribuições e reflexões sobre as mulheres negras quilombolas e as políticas públicas afirmativas no ensino superior na Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio das escrituras de uma estudante negra quilombola. Para tanto, realizou-se uma breve história do contexto das mulheres negras quilombolas que foram, até certo ponto, excluídas de uma sociedade marcada por ausência de democracia etnocêntrica, que não valoriza a população negra. Diante dessa realidade, foi importante destacar que essa temática me constituiu como autora deste trabalho e me fez desejar aprofundar o estudo sobre o cotidiano de formação das mulheres negras nos processos de ingresso, permanência e realização do Ensino Superior, especialmente, das mulheres negras quilombolas. Buscou-se estabelecer uma análise da interface da formação como garantia da universidade na perspectiva inclusiva dos direitos humanos, sobretudo, a partir da ênfase no direito à Educação no Ensino Superior por meio das políticas públicas de ações afirmativas. Desse modo, essa pesquisa teve como objetivo geral: analisar as escrituras de uma mulher negra quilombola na Universidade Pública na Amazônia Paraense, acessando o Ensino Superior por cotas na UFPA. Como objetivos específicos foram estabelecidos os seguintes: a) Historicizar as memórias de uma mulher negra Quilombola, suas vivências e seus atravessamentos na luta por autodefinição e reafirmação na Universidade Federal do Pará; b) Analisar, por meio da escritura, as resistências e tensões vividas por mim como mulher negra quilombola amazônica durante a graduação; c) Avaliar os efeitos das ações afirmativas no ensino superior das mulheres negras quilombolas, analisando como elas são subjetivadas e criam relações de pertencimento na experiência acadêmica. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia desta pesquisa teve uma abordagem qualitativa e bibliográfica, trazendo a minha escrita através do conceito de escritura de Conceição Evaristo para construir a minha autobiografia, com a análise das memórias orais. Por fim, justifica-se este estudo, problematizando o acontecimento de que as mulheres negras na Amazônia Paraense, assim como, as mulheres quilombolas, indígenas entre outras venham ser protagonistas nos espaços ainda não ocupados por elas. Como resultados, é possível afirmar que há ganhos significativos na UFPA na garantia de direitos de ingresso e permanência de mulheres negras quilombolas na universidade, mesmo enfrentando dilemas e tensões na implantação das políticas públicas afirmativas pelo fato de que há conflitos na comunidade acadêmica e na sociedade quanto às cotas em função da defesa de privilégios de branquitude presentes em diversos espaços e relações sociais, o que implica em sofrimento no âmbito da saúde mental e coletiva de mulheres negras quilombolas atrelado

às desigualdades sociais e raciais, materializadas pelo preconceito, racismo, etnocentrismo, sexismo, questões socioeconômicas e pela discriminação negativa que estão presentes na vida delas em um país que acredita na parcialidade de uma democracia universalizante.

**Palavras-chave:** mulheres negras; escriturização; universidade; políticas públicas; história oral.

## ABSTRACT

This work brought important contributions and reflections on black quilombola women and affirmative public policies in higher education at the Federal University of Pará (UFPA), through the writings of a black quilombola student. To this end, a brief history was made of the context of black quilombola women who were, to a certain extent, excluded from a society marked by the absence of ethnocentric democracy, which does not value the black population. Given this reality, it was important to highlight that this theme constituted me as the author of this work and made me want to deepen the study of the daily training of black women in the processes of entry, retention and completion of Higher Education, especially of black quilombola women. We sought to establish an analysis of the training interface as a guarantee of the university from the inclusive perspective of human rights, above all, based on the emphasis on the right to Education in Higher Education through public affirmative action policies. Thus, this research had the general objective: to analyze the writings of a black quilombola woman at the Public University in the Amazon of Pará, accessing Higher Education through quotas at UFPA. The following were established as specific objectives: a) Historicize the memories of a black Quilombola woman, her experiences and her obstacles in the struggle for self-definition and reaffirmation at the Federal University of Pará; b) Analyze, through writing, the resistance and tensions I experienced as a black Amazonian quilombola woman during my undergraduate studies; c) Evaluate the effects of affirmative actions on higher education for black quilombola women, analyzing how they are subjectivized and create relationships of belonging in the academic experience. To achieve the proposed objectives, the methodology of this research had a qualitative and bibliographical approach, bringing my writing through Conceição Evaristo's concept of writing to build my autobiography, with the analysis of oral memories. In view of this, Finally, this study is justified, problematizing the event that black women in the Amazon of Pará, as well as quilombola and indigenous women, among others, come to be protagonists in spaces not yet occupied by them. As a result, it is possible to affirm that there are significant gains at UFPA in guaranteeing the rights of entry and permanence of black quilombola women at the university, even facing dilemmas and tensions in the implementation of affirmative public policies due to the fact that there are conflicts in the academic community and in society regarding quotas due to the defense of privileges of whiteness present in different spaces and social relations, which implies suffering in the mental and collective health of black quilombola women linked to social and racial inequalities, materialized by prejudice, racism, ethnocentrism, sexism, socioeconomic issues and negative discrimination that are present in their lives in a country that believes in the partiality of a universal democracy.

**Keywords:** black women; writing; university; public policies; oral history.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	17
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	21
<b>3.1 Objetivo Geral</b> .....	21
<b>3.2 Objetivos Específicos</b> .....	21
<b>4. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	22
<b>5. CAPÍTULO 1: UM RECORTE DO MEU QUILOMBO: A FLORESTA   AMAZÔNICA DE UMARIZAL</b> .....	23
<b>5.1 O festival quilombola</b> .....	25
<b>5.2 As médicas da terra na minha comunidade</b> .....	26
<b>5.3 Minha trajetória no quilombo, a cultura da musicalidade o Samba de Cacete: modos     de subjetividade e as brincadeiras de infância, bonecas de pau e rodas de cantigas</b> 27	
<b>5.4 O Samba de Cacete</b> .....	28
<b>6. CAPÍTULO 2: CAMINHOS E ESCREVIVÊNCIAS DE UMA COTISTA   UNIVERSITÁRIA</b> .....	30
<b>6.1 Quem sou eu, onde estou e como cheguei?</b> .....	35
<b>6.2 Como um peixinho fora d'água, conhecendo o espaço acadêmico</b> .....	38
<b>6.3 Conhecendo outros espaços acadêmicos: participações e organizações em eventos.     Qual o meu papel no campo científico enquanto mulher negra?</b> .....	42
<b>6.4 Participações em eventos</b> .....	44
<b>6.5 Evento no meu quilombo, em Umarizal-PA</b> .....	45
<b>6.6 Evento da 7ª e 8ª Marcha de Mulheres Negras em Belém - PA</b> .....	47
<b>6.7 Evento do Programa Atlânticas</b> .....	48
<b>6.8 Evento Diálogos Amazônicos</b> .....	49
<b>7. CAPÍTULO 3: PARA ALÉM DAS COTAS: O ACESSO E PERMANÊNCIA DE   MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR COMO   POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NA UFPA</b> .....	50

<b>7.1 Ações afirmativas no Brasil e na Universidade Federal do Pará .....</b>	<b>53</b>
<b>7.2 Permanência de mulheres negras quilombolas no Ensino superior: As cotas abrem portas? .....</b>	<b>60</b>
<b>8. CAPÍTULO 4: EMPODERAMENTO FEMININO: SUBJETIVIDADE E PERTENCIMENTO DA MULHER NEGRA NA UNIVERSIDADE .....</b>	<b>63</b>
<b>9. RECOMENDAÇÕES GERAIS E INQUIETAÇÕES REFLEXIVAS .....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As implementações das ações afirmativas foram umas das políticas pelas quais a população negra lutou, conquistando direitos importantes para as mulheres negras quilombolas e fazendo com que as mesmas não sejam apenas estereótipos pelas marcas da exclusão que foram materializados na vida e nos corpos negros. O presente trabalho traz contribuições e reflexões sobre as mulheres negras quilombolas, e as políticas públicas afirmativas relacionadas ao ensino superior na Universidade Federal do Pará (UFPA). O interesse por esse tema surgiu durante meu período de graduação em psicologia, impulsionado pelas inquietações que surgiram devido à minha subjetividade como mulher negra quilombola na Amazônia paraense.

Este tema me instiga profundamente, pois me coloca em uma posição de narradora da minha própria história de vida e das experiências acadêmicas no ensino superior. Como mulher negra de uma comunidade quilombola, localizada na Região do baixo Tocantins paraense, com formação em psicologia e atualmente cursando Mestrado na UFPA, sou a primeira em minha família a ingressar em um programa de pós-graduação, por meio das políticas de cotas. Assim, a participação por políticas afirmativas no ensino superior e na pós-graduação traz paradoxos em relação ao ingresso, permanência e ruptura de preconceitos, violações de direitos e vivências de resistências no cotidiano das práticas sociais e culturais no Brasil, tanto em termos de garantia de direitos quanto de efetivação das políticas públicas.

Ao longo da história, as mulheres negras, ribeirinhas e quilombolas, foram sistematicamente excluídas de uma sociedade que frequentemente negligenciou a população negra, apesar de propagar a ilusão de uma democracia igualitária. Diante desse contexto, essa temática me atravessou e instigou a aprofundar o entendimento sobre meu papel nesse ambiente acadêmico que, muitas vezes, privilegia a branquitude.

Este trabalho de pesquisa também é um movimento de reconhecimento e fortalecimento de direitos, que há muito tempo foram negados, especialmente o direito à educação no ensino superior, historicamente reservado aos grupos dominantes, perpetuando a exclusão das pessoas negras e seus descendentes. As implementações das políticas de ações afirmativas como, por exemplo, educação e permanência no ensino superior foram uma das conquistas da população negra na luta contra os estereótipos que historicamente nos relegaram à margem da sociedade. Estas políticas visaram assegurar que mulheres negras quilombolas não sejam marcadas pelas exclusões que têm afetado a vida e corpos negros ao longo dos anos.

Dessa forma, em nosso contexto histórico, quando abordamos a presença de mulheres negras na educação ao longo dos séculos, isso está relacionado às múltiplas formas de exclusão

que elas enfrentaram. As mulheres achavam-se excluídas do meio educacional formal, que era reservado apenas para um determinado grupo. Ademais, eram injustamente consideradas como inferiores, o que é absurdo tendo em vista o pensamento contemporâneo da sociedade brasileira. A questão de gênero, teve com a principal consequência a exclusão das mulheres, simplesmente por elas serem do sexo feminino (Bezerra, 201).

Diante desse cenário, as mulheres negras quilombolas trazem consigo uma história de resistências, enfrentando diversos desafios que incluem discriminação racial, de gênero e as complexidades do contexto socioeconômico. Muitas delas ainda não conseguiram acessar plenamente as oportunidades nas universidades, não recebem o reconhecimento que merecem e continuam a lutar contra o racismo e o sexismo. Além disso, é comum que muitas delas vivam em áreas remotas e afastadas dos centros urbanos, o que dificulta ainda mais o acesso às oportunidades educacionais e profissionais.

Por outro lado, são as mulheres quilombolas que desempenham vários papéis em suas comunidades como, por exemplo: o trabalho no cultivo da mandioca, do arroz, do milho, entre outros. Elas também são lideranças nos seus territórios e têm uma trajetória de resistência e luta no contexto acadêmico. Conforme as autoras apontam, é necessário que essas mulheres acessem as universidades e possam ser qualificadas para que agreguem conhecimentos e saberes que serão desenvolvidos como retorno de suportes de cuidado e reconhecimento às suas comunidades (Sousa; Lima; Sousa, 2021).

Dessa forma, as mulheres negras são as que estão na base da pirâmide em nossa sociedade brasileira, vivendo em desvantagem no ensino superior comparadas às mulheres brancas. De acordo com Fernandes (2021), ao longo de uma década, é observado que há uma grande diferença nos impactos das ações afirmativas em que se refere ao aumento de jovens brancos no ensino superior. Segundo ele, esse percentual em 1995 era de 9,9% enquanto em 2009 chegou em 23,8%. Nesse caso das jovens negras essa proporção passou de 2,37% para 9,91%, significando que esses dados indicam uma redução das desigualdades somente no final de 2000 e no ano de 2010. Entretanto, elas continuam a sofrer os impactos das estruturas sociais que são segregadoras, do racismo institucional e com poucas políticas públicas que são pensadas para elas.

Os desafios que essas mulheres enfrentam são profundos, pois resultam de uma interseccionalidade de discriminações devido às colonialidades de raça e gênero. Muitas vezes, sua sobrevivência está ligada à coragem necessária para confrontar o medo que permeia sua existência na sociedade e se manifesta em situações cotidianas, tais como: conflitos territoriais, violência física e psicológica, solidão, desamparo e exclusão socioeconômica. Esses desafios

prejudicam significativamente o desenvolvimento psicológico, econômico e social dessas mulheres.

A sociedade brasileira e o Estado desenvolveram um discurso e uma política que estigmatizam os negros como portadores do perigo que amedrontam os brancos, sendo que o povo preto se torna alvo de repressão civil-militar e da segregação por meio de várias formas de *apartheid* social, cultural, econômico como cordão sanitário e de securitário. Por exemplo, a tortura, as prisões e os genocídios são apoiados por uma sociedade que tem medo por esse discurso e contexto ideológico do mito das classes perigosas. Se por um lado, o sistema colonial era uma forma em que a superexploração do corpo negro pelo sistema de escravidão era utilizada, por outro lado, os estereótipos formados no período pós-abolicionista continuariam a perpetuar uma lógica de exclusão da população negra brasileira como a consequente extinção desse povo (Borges, 2019).

De acordo com a referida autora, esse poder sobre o corpo negro é desenvolvido em diversas áreas, como pela falta de políticas cidadãs e direitos cívicos, falta de saneamento básico, saúde integral e trabalhos decentes, seja pelo caráter simbólico, ou fomento do medo e insegurança por meio de aculturação, apresentando o povo negro na sociedade com traços simbólicos de violências, agressões, entre outros (Borges, 2019).

Portanto, Silvio Luís de Almeida, em sua obra “Racismo Estrutural” aborda as funções que o racismo produz relacionada ao poder estatal, que estabelecem uma divisão entre aqueles que são considerados superiores e inferiores, entre os grupos dignos de vidas e os merecedores de morte, entre os bons e os maus. Entretanto, é importante notar que nesse contexto, essa morte não está limitada apenas à cessação da vida, pois também inclui a exposição ao risco de morte, como por exemplo, a morte política. Outra função do racismo reside em permitir a abertura de uma relação positiva com a morte do outro. Michel Foucault, nessa perspectiva, vem dizer que a morte do outro que não é visto como mero adversário, mas como alguém que é considerado degenerado, anormal, pertencente a uma raça inferior (Almeida, 2019).

Com isso, o Estado exerce esse poder para Foucault (1999), de uma morte em que o direito estava sobre o poder do soberano que podia defender ou vice-versa, que podia manter ela, ou permitir que fosse tirada. Portanto, foi esse poder que surgiu e se fortaleceu ainda mais nas exigências do poder que engendra a vida.

Nesse contexto, o racismo tem deixado marcas na sociedade e na vida das mulheres negras, que ainda são invisíveis na contemporaneidade, onde essa diferenciação é constrangedora. Muitas delas não conseguem alcançar posições que são mais acessíveis às mulheres brancas, pois ser negro(a), para elas, nunca foi fácil, por exemplo. A sobrevivência se

torna um ato político constante, devido a desconfiança a todo momento, por não poder viver em um país que julga com base na cor da pele, pela exclusão desse corpo negro, ou seja, o racismo marcando presença a todo momento em suas vidas.

Não só isso, o racismo também exclui e prejudica uma classe que historicamente foi menos favorecida. A população negra enfrenta situações em que todos os seus direitos são violados, incluindo o acesso limitado a cargos de lideranças em grandes empresas, instituições e na política. O racismo estrutural está tão arraigado na sociedade de uma forma que muitos não chegam a percebê-lo como racismo.

Diante disso, Foucault falava dos “paradoxos da biopolítica, pois matar uns em nome da vida dos outros só é possível em uma sociedade e Estados que governam pela lógica racista” (Galindo *et. al.*, 2014, p. 10). Nesse contexto, segundo esse enfrentamento em que o corpo negro é o que mais sofrem e morrem no Brasil, nossos governantes têm contribuído muito pouco para que essa população seja valorizada. Estamos em um país em que é mais comum assistir os noticiários as mortes e violências contra o povo negro, do que a valorização e o bem-estar e bem viver do mesmo.

Segundo o Atlas da violência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do ano de 2018 afirma que 71,5% dos que são assassinados no Brasil, ao ano, são de pessoas negras e pardas. Infelizmente, essa é uma estatística sempre anunciada nas mídias e telejornais das vítimas que trazem essas marcas nos corpos, causada pela cor da pele (IPEA, 2018). Desse modo, a mulher negra e quilombola também está presente nessas estatísticas, pois ela enfrenta violências diárias por ser mulher, por sua cor, por territorialidade e por sua classe, por exemplo.

Nesse cenário complexo, a problemática dessa pesquisa está em compreender como as mulheres negras quilombolas amazônidas lutam por autodefinição e afirmação nas universidades públicas em relação ao acesso e permanência a partir das políticas de cotas. Além disso, esta pesquisa abordará também a minha própria autobiografia e escrevivência como lugar de fala no espaço público de uma mulher negra quilombola, paraense, amazônida que acessou o ensino superior por meio das políticas de cotas.

Diante disso, esse estudo discorreu-se da seguinte forma, no primeiro capítulo trago um recorte falando do meu quilombo de Umarizal que é também a nossa Amazônia, as tradições vivenciadas pela comunidade, como o Festival Quilombola, as práticas que são utilizadas pelas médicas das terras, como os chás e as ervas medicinais, à cultura e musicalidade do grupo Samba de Cacete e os modos vida na minha infância com as bonecas de pau.

No segundo capítulo, partindo da minha escrevivência, conto a minha própria história e como cheguei no espaço acadêmico, minhas vivências e atravessamentos no mesmo, minha trajetória nas organizações e participação de eventos, grupos de pesquisa, entre outros.

No terceiro capítulo, eu falo do acesso e permanência de mulheres negras quilombolas na UFPA, como foi o primeiro acesso e sobre a importância de alguns movimentos que tiveram suas participações na luta para que esses estudantes fossem incluídos com as ações afirmativas.

Por fim, no capítulo quatro, abordo o empoderamento feminino com um recorte sobre o olhar da autora Joyce Beth que escreveu o livro “O que é empoderamento”, discutindo o conceito de empoderamento feminino das mulheres negras quando acessam a universidade. No demais, trazemos a importância da mesma com as trajetórias das mulheres negras que acessam as universidades públicas.

## 2. JUSTIFICATIVA

Primeiramente, desde muito cedo as mulheres negras sofrem com os estigmas associados ao racismo e sofrem com a negação de direitos humanos, incluindo indiferença social, de racialidade, gênero, questões socioeconômicas e desempregos tanto historicamente e nos tempos atuais. É notável que o Brasil seja um país onde a maioria é negra, ou seja, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) diz que 56% dessa população se autodeclaram pretas e pardas (IBGE, 2022b).

De acordo com o IPEA (2011, p. 27), “o desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior taxa remete às mulheres negras (12%)”. Nesse contexto, as mulheres brancas com 9% e os homens negros estão em uma posição de 7% (IPEA, 2011).

No entanto, as mulheres negras continuam a ser relegadas a segundo plano nas estatísticas, são aquelas que são sempre deixadas para trás com relação às mulheres brancas, são as que mais sofrem com as precarizações nos trabalhos, falta de uma boa educação, desvalorização na qualidade de vida e bem-estar, habitações precárias, vivendo com os piores índices de vulnerabilidades sociais e os piores salários comparados aos homens e mulheres brancas.

Nesse sentido, foi a partir desses impasses que a participação das mulheres negras também ganhou visibilidade na luta por espaços e equidade na historicidade brasileira. Sendo assim, a população negra é protagonista de quase quatrocentos anos de história no Brasil, mesmo sendo excluídas, tiveram a capacidade de lutar por seus direitos, o que é uma característica primordial desse povo. Mesmo que o negro seja um sujeito historicamente esquecido, ainda assim tiveram a coragem de lutar e construir sua história na sociedade, sendo sua maior conquista a abolição da escravatura (Nascimento, 2017).

O racismo tem o encargo de quebrar, excluir continuamente a vida através do biopoder, fazendo com que alguns grupos fiquem para trás enquanto outros se destacam, para Foucault o racismo é um possuidor de funções, sendo primeiramente um meio entre aqueles que devem viver e outros que devam morrer (Almeida, 2017). Nesse sentido, Mbembe ressalta dizendo sobre esse racismo e sobre a política de morte em Foucault:

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de

morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2016, p. 128).

Nesses contextos, as mulheres negras quilombolas enfrentam em seu cotidiano todas essas problemáticas das políticas de mortes, como a pobreza, rebaixamento cultural, falta de representatividade nos espaços públicos, falta de acesso a saúde e educação de qualidade, falta de políticas públicas para amenizar as desigualdades presentes na vida delas.

Em consonância com as palavras de Djamilia Ribeiro, em sua obra “O que é lugar de fala”, é importante destacar que “A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida” (2017, p. 26). Desse modo, a luta dessas mulheres sempre foi direcionada a conquistar uma vida digna, com o reconhecimento do seu valor e ocupação dos espaços que não são visibilizados por elas.

Desse modo, Foucault (2005) enfatiza que o racismo é inerente à atuação de um estado em que se aproveita da raça eliminando, limpando uma determinada raça para manter seu domínio soberano. Nesse sentido, o racismo é um meio que influencia o Estado, sendo assim, está na decisão das escolhas de quem precisa viver ou morrer, o racismo é quem determina nessa escolha. Dessa forma, segundo o autor, Foucault acentua que o racismo é um dispositivo que permite separar e quebrar as raças, colocando em oposição uma contra a outra (Campus, 2018).

Nesse contexto, as maiores vítimas dessa quebra e desse corpo que é excluído e que sofre com essa política de morte, violências de gêneros, raça e classe está relacionado às mulheres negras.

De acordo com o Atlas da Violência do IPEA (2020) do ano de 2018, 68% das mulheres que foram assassinadas no Brasil eram negras no Brasil. Enquanto que entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, ou seja, essa taxa chegou a 5,2 por 100 mil homicídios com as mulheres negras, praticamente o dobro.

Segundo Lemos, Franco e Freitas (2019, p. 104). “Ao falar de função assassina, Foucault ressalta que esta não se refere somente ao extermínio direto, mas também a possibilidade de morte política, da expulsão e da rejeição”. Por exemplo, a invisibilidade nas estruturas em que mulheres negras não estão presentes, quando não chegam a elas o acesso e o direito à saúde e educação, moradias, isso as torna nessa política.

Diante dessas circunstâncias, as políticas públicas de ações afirmativas emergiram como um dos meios pelas quais as mulheres negras quilombolas conseguiram conquistar, uma resposta às barreiras sistêmicas que enfrentaram historicamente. Essas políticas visam combater

o racismo que permeia suas vidas, como de serem aceitas nas universidades e no mercado de trabalho, isso representa um marco importante na história dessas mulheres que a partir disso, começaram a ter mais oportunidades na educação, através dos sistemas das cotas no Ensino Superior.

As ações afirmativas para as mulheres negras, quilombolas e ribeirinhas, são importantes, pois, as mesmas podem promover a equidade e justiça social para essas mulheres, que tiveram e têm poucos espaços pensados para elas. Ademais, as ações afirmativas têm o papel de criar oportunidades e poder ajudar essas mulheres a romperem o ciclo de vulnerabilidades econômicas, educacionais, culturais, entre outras. Dessa forma, a inclusão dessas mulheres no ensino superior, pode garantir que depois de formadas, elas voltem para os seus territórios, contribuam de diversas maneiras com as suas formações nos seus quilombos, incentivando também outras mulheres a ocuparem seus espaços na sociedade.

De acordo com Abreu e Lima (2018), as desigualdades sociais sempre estiveram atingindo a população negra, sendo que as políticas de ações afirmativas têm o objetivo de focar nesse pequeno grupo para garantir o direito de entrar no ensino superior como um meio de combater as desigualdades e discriminações que foram presente especificamente nessa determinada classe.

Além disso, às políticas de ações afirmativas tem como objetivo amenizar as desigualdades sociais entre grupos que sofrem com o racismo estrutural e a discriminação, com o foco específico na população negra, incluindo as mulheres negras quilombolas, ou seja, as políticas públicas afirmativas para as mulheres negras estão empenhadas em levar benefícios que possam corrigir os privilégios enraizados pela branquitude que sempre esteve em vantagem, buscando minimizar essa problemática.

A persistência das desigualdades ainda é visível se observarmos a ausência das políticas reparatórias que permitam às mulheres negras quilombolas alcançarem cargos de destaque como a docência, gestão e lideranças acadêmicas, entre outros cargos. Esse estudo justifica-se, porque as mulheres negras quilombolas sofrem com o racismo estrutural, que enfrentaram historicamente na sociedade e nos tempos atuais, elas têm sido protagonistas de suas próprias histórias, mesmo vivendo em um país que as exclui o tempo todo. Elas são as que mais sofrem com a chamada “mercantilização da morte”, pois têm acesso limitado à oportunidade de privilégio, são minorias nas Instituições acadêmicas, recebendo salários mais baixos no mercado de trabalho.

Dessa forma, as mulheres negras são aquelas que são desvalorizadas, consideradas com poucas capacidades, pelas desvalorizações dos salários, excluídas dos espaços sem autonomias

e são as que sofrem violências de todos os tipos pela seguinte forma do sistema que trazem essas condições política, econômica e jurídica (Almeida, 2019)

Sendo assim, elas carregam as marcas que desde os primórdios tem causado grandes impactos na saúde e na qualidade de vida dessas mulheres. Ainda de acordo com Almeida (2019), a maioria das mulheres que trabalham com serviço domésticas são negras, como também as que estão nas prisões, sendo que os cargos de maiores destaques como as lideranças estão nas mãos da população que é a branca. Por exemplo, elas são afetadas em todos os sentidos da vida, não só o psicológico, também o físico, pelas causas desses enfrentamentos diários na vida delas.

De acordo com Carneiro (2011) são as mulheres negras que ocupam os piores espaços no mercado de trabalho e com as menores taxas de remuneração, são elas que apresentam baixa autoestima, menos expectativa de vida, emocional afetado se comparadas com as mulheres brancas, ao qual se dá pelo sufocamento em que estão atrelados pelo sexismo e pelo racismo que são reproduzidos no corpo delas por serem mulheres negras.

Nesse contexto, Santos (2019) vem afirmar que as mulheres negras sempre tiveram que lutar para conquistar as políticas afirmativas nas universidades, sendo que historicamente ficaram em desigualdades comparadas com as mulheres brancas que tiveram os melhores privilégios de ocupar os espaços acadêmicos.

Com isso, as mulheres negras sempre enfrentaram as maiores dificuldades pela ausência das políticas públicas e pela exclusão social. Sendo as maiores vítimas desses descasos, atrelados as desigualdades sociais e raciais, pelo preconceito e pela discriminação que sempre foram presente na vida delas em um país que acredita na parcialidade de uma democracia universalizante, pois ainda é presente o discurso que não existe racismo na sociedade e isso é bastante problemático porque os dados e as amostras de existência contra essa população mostram o contrário.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Analisar as escrevivências de uma mulher negra quilombola da Amazônia paraense no acesso e permanência no ensino superior da UFPA por meio das cotas.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

a) historicizar as memórias de uma mulher negra quilombola, suas vivências e seus atravessamentos na luta por autodefinição e reafirmação na UFPA;

b) analisar por meio da escrevivência as resistências e tensões vividas por mim, como mulher negra quilombola amazônica, durante a graduação;

c) avaliar os efeitos das ações afirmativas no ensino superior das mulheres negras quilombolas, analisando como elas são subjetivadas e criam relações de pertencimento na experiência acadêmica.

#### 4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos e a melhor apreciação deste trabalho, será utilizada uma abordagem qualitativa. Essa é uma abordagem em que a pesquisa está em aproximação com o meio ambiente, analisando seus dados, e trazendo uma investigação bem aprofundada nesse campo investigatório (Prodanov; Freitas, 2013).

Para a obtenção dos dados necessários, será utilizada uma pesquisa bibliográfica e histórica, com o levantamento de literaturas já publicadas em forma de livros, revistas, teses e outros periódicos especializados. Os artigos serão pesquisados nos bancos de dados da Biblioteca *Scielo* e *Google Acadêmico*, bem como no Repositório da UFPA, utilizando palavras-chaves como: mulher quilombola, políticas públicas e ações afirmativas. Serão analisados os artigos científicos entre o recorte temporal de 2014 a 2021, utilizando como critério de exclusão os artigos serem repetidos e fugirem da temática da pesquisa. As principais contribuições com o trabalho serão de autores(as) negros(as) como: Conceição Evaristo, Silvio Luiz de Almeida, Joseph-Achille Mbembe, Djamila Ribeiro, Zélia Amador de Deus, Sueli Carneiro, entre outros estudiosos, para se pensar o racismo contra essa população.

Nessa pesquisa, serão apresentadas as pistas metodológicas, nossa escrevivência e as ferramentas conceituais necessárias para seguir esse percurso metodológico, pois desde pensar e passar a escrever nos deixou inquietos em como seguir ou qual o caminho que seria traçado aqui, como diz Conceição Evaristo a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos.

## 5. CAPÍTULO 1: UM RECORTE DO MEU QUILOMBO: A FLORESTA AMAZÔNICA DE UMARIZAL

“Meu lugar, minhas origens, minha terra querida,  
 Vila de Umarizal, abençoada por Deus,  
 Somos um povo que tem florestas,  
 Rios para se banhar,  
 Agradável pra se viver,  
 Onde eu nasci, cresci, aprendi a amar.  
 Essa é minha terra,  
 Minha casa,  
 Meu paraíso,  
 Meu quilombo, lugar que tem história pra contar,  
 Tem luta e resistência, somos aquilombados  
 Temos guerreiros pretos, Samba de Cacete, Festival Quilombola...  
 Temos moços e moças com suas bonitezas  
 Temos a história da cobra grande,  
 Oh, meu Pará, minha Amazônia, Umarizal, como não te amar?”  
 (Ronilda Bordó)

O nosso quilombo carrega muitas das belezas que encantam a nossa querida Vila de Umarizal, por suas florestas, pelas suas águas, por suas ervas medicinais, pelo plantio e cultivo de mandioca, pela caça e pelo pescado, ou seja, tem histórias e memórias. A minha infância carrega esse memorial das histórias dos meus avós, dos nossos ancestrais, das pessoas mais velhas que sempre estavam dispostas a nos contar um pouquinho de onde eles vieram e como chegaram até esse lugar que foi refúgio dos escravizados.

Ainda me lembro da minha infância, das nossas casas, que a maioria eram de barro ou de madeira, os assoalhos do próprio barro ou cimentados, telhados das casas eram feitos de palhas ou das telhas, e o ambiente das casas com poucos móveis, este modo de vida perdurou

por muitos anos em nossa comunidade. Porém, é um lugar que engloba pessoas que precisaram lutar pela vida, por educação e saúde, por oportunidades de trabalho e pelo bem viver de todos.

A Vila de Umarizal beira, foi posteriormente titulada e reconhecida como uma Comunidade Quilombola só a partir do ano de 1999, com as demais comunidades integradas, ou seja, Umarizal centro, Boa Vista, ParitáMiri e Balieiro. De acordo com Correa (2021), essa fundação, se deu com os quilombolas remanescente de Umarizal que formaram uma Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos (ACORQBU), com a ajuda da liderança da época, seu Narciso Vieira Ramos, que foi um importante apoiador na luta pelos direitos da comunidade, um representante cheio de conhecimentos e saberes, ajudando de diversas formas nas conquistas e lutas travadas para o quilombo desse lugar.

Nesse contexto, foram alguns anos para que Umarizal tivesse reconhecimento territorial quilombola. “Considerando o ano de fundação da associação em 1999 até 2004 (ano de reconhecimento territorial), foram cinco anos de muita luta e espera para que houvesse uma posição do órgão responsável, INCRA” (Correa, 2021, p. 28). Dessa forma, a Vila de Umarizal, encontra-se situada no município de Baião-Pa, sendo a maior comunidade rural quilombola da região Tocantina.

Conforme observado por Correa (2021), a comunidade quilombola de Umarizal está localizada às margens do rio Tocantins, no município de Baião, Pará. Para ter acesso a essa comunidade existem duas opções de itinerários de viagens. Uma delas, fica sendo pela BR 422, que conecta a Transcmetá e Tucuruí. Contudo, é importante notar que nesse percurso, está incluída uma estrada de terra que pode apresentar problemas no período chuvoso que é o inverno nessa região. Vale ressaltar que essa é sede do distrito homônimo, que foi estabelecida na data de 23 de abril de 1993 mediante a aprovação do Projeto de Lei nº. 001/93.

De acordo com Lopes (2021), as transformações dos pequenos quilombos foram devido ao crescimento populacional e a necessidade de sobrevivência e autodefesa ao longo do tempo dessas comunidades, pelo que o 4º distrito se destaca pela presença de outras comunidades quilombolas, cujas raízes remontam ao antigo Quilombo de Paxibal. Dessa forma, elas se organizam em três territórios quilombos adjacentes: 1) O Quilombo de Igarapé Preto e Baixinha, que agrega onze comunidades, são elas: (Araquembaua, Baixinha, Taperuçu, Pampelonia, Varginha, Campelo, Cupu, França, Teófilo, Igarapézinho e Carará), essas são representadas pela Associação Remanescente de Quilombos de Igarapé Preto e Baixinha (ARQIB); 2) Quilombo do Bailique, que reúne quatro comunidades, sendo elas, (Bailique Centro, Bailique Beiras, Poção e São Bernardo) que é unido pela Associação de Remanescente de Quilombos de Bailique, Bailique Beira, Poção e São Bernardo (ARQBI); e 3) O Quilombo

de Umarizal, que reúne cinco comunidades sendo elas: (Umarizal Beira e Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá, sendo representada por essas comunidades citadas da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo (ACORQBU).

[...] Fatores como defesa e crescimento demográfico acabaram ocasionando a formação de outros redutos de quilombolas. Tanto o quilombo do Mola, como os quilombos de Icatú e Paxibal serviram como referencial para a formação de outros minis Quilombos na região Tocantina. Com o acréscimo, cada vez maior de integrantes nos quilombos a produção desta era insuficiente para suprir as necessidades de seus habitantes. Sua precária autonomia era assegurada pelo extrativismo vegetal, caça, pesca e agricultura de subsistência através do cultivo da mandioca, do arroz e do milho. A ameaça da escravidão era um outro fator de dispersão dos Quilombolas pois viviam constantemente sobressaltados com medo (Pinto, 1999, p. 32).

Nesse contexto, a nossa comunidade ainda mantém o seu resgate histórico e cultural dos seus ancestrais e preservamos os costumes como nossas vivências ancestrais afrodescendentes. O sustento econômico dessa comunidade vem muito da pesca artesanal, junto com a agricultura, a plantação do milho e arroz, como pelo apoio dos programas do governo, como por exemplo. o Bolsa Família e o Seguro Defeso de Pesca.

### **5.1 O festival quilombola**

A comunidade quilombola Vila de Umarizal está cercada com suas culturas ancestrais, uma delas é o Festival Quilombola, que acontece todos os anos e já está no seu XII Festival, sendo um momento em que a manifestação cultural da nossa comunidade tem ganhado visibilidade com o reconhecimento das nossas tradições. Esse evento celebra o festejo da padroeira da comunidade “Santíssima Trindade” esse é um dos eventos mais esperados anualmente pela população, pois é um momento de ajuntamentos, festejos e expressões culturais que dura por mais de uma semana de celebrações.

Essa tradição tem ganhado bastante visibilidade por toda a região Tocantina, como as demais localidades Paraense, que ao conhecerem sobre esse magnífico evento, fazem questão de participar. Dessa forma, toda a comunidade é envolvida nesse evento, como a igreja local Católica e as igrejas Cristãs Evangélicas, que participam com apresentações em uma grande noite gospel trazendo cantores regionais, entre outros.

As apresentações durante as semanas, acontecem na sede comunitária da comunidade, com concursos de beleza, tendo apresentações do desfile de crianças e o concurso de moda de *Miss e Mister*, mostrando a beleza preta, por meio da moda afrodescendente, com a participação

dos jurados que escolhem um dentre as que participam do desfile. O evento também conta com as atrações musicais e com bandas de renomes de outros estados, ou mesmo do nosso Pará, temos também a feira de comidas típicas e artesanatos, entre outras atrações que fazem parte do festival.

## **5.2 As médicas da terra na minha comunidade**

As "médicas da terra", em minha comunidade, ainda desempenham um papel fundamental, mantendo uma rica tradição de conhecimentos relacionados às plantas medicinais que contribuem para a nossa saúde e bem-estar. Lembro-me vividamente de minha avó, Lúcia, que costumava preparar chás medicinais quando estávamos doentes. Ela aparecia em nossa casa com um chazinho especial para tosse, febre, gripe e outras enfermidades. Guardo com carinho as lembranças de minha avó, uma mulher negra de coração generoso.

Uma das memórias mais preciosas que tenho, tanto de simpatia como de meiguice, é a comida que ela preparava, muitas vezes eu preferia trocar a comida de casa pela dela, o feijão gostoso, o arroz branquinho saboroso, o peixe frito e a galinha caipira do quintal, ninguém fazia igual. Infelizmente, minha avó tinha o hábito de fumar, o que pode ter contribuído para sua partida precoce aos 70 anos. Ela era uma mulher serena, ciente das outras mulheres em sua vida e sua serenidade perante essa realidade talvez tenha sido testemunhada apenas em silêncio, uma vez que ela era submissa ao meu avô, com quem se casou quando ainda era muito jovem.

Recordo também da gravidez da minha filha, quando minha tia Cléia preparou um banho especial para garantir um parto tranquilo. Ela utilizou folhas de laranjeira-lima e outras plantas cultivadas em seu quintal. As ervas em nosso quilombo são valiosas aliadas para nossa saúde e bem-estar, atuando no tratamento de dores musculares, gripes, queimaduras, infecções e uma série de outras condições. Essas ervas medicinais podem ser utilizadas de diversas formas, como na preparação de garrafadas, que repousam por dias para se tornarem mais potentes. Esta prática é comum em nossa comunidade, especialmente para casos de infertilidade ou complicações na saúde das mulheres. O uso de ervas medicinais faz parte intrínseca de nossa história e tradições culturais, muitas vezes sendo compartilhado de forma coletiva, principalmente durante a gestação e o parto, reforçando o vínculo entre as mulheres da comunidade.

### **5.3 Minha trajetória no quilombo, a cultura da musicalidade o Samba de Cacete: modos de subjetividade e as brincadeiras de infância, bonecas de pau e rodas de cantigas**

Naquela pequena vila conhecida como Vila de Umarizal, que ainda não tinha sido oficialmente reconhecida como um quilombo, minha infância e adolescência foram repletas de amizades especiais.

Lembro-me das amizades que moldaram minha vida, aquelas com quem brincava de tudo: correr, brincar de pira-seca, esconde-esconde, bandeirinhas, brincadeiras de rodas e muito mais. Também recordo os banhos no nosso Rio Tocantins, em tardes ensolaradas, quando subia nas árvores e nos jogávamos na água cristalina, que parecia como uma lagoa azul em determinadas épocas do ano.

Meu cantinho no mundo é cercado por árvores, e as casas naquela época, incluindo a minha, eram feitas de madeira. Minha casa tinha apenas um quarto, enquanto meus pais dividiam um quarto aberto, parte central da casa. Meu pai preferia dormir em uma rede perto da cama de minha mãe, pois não gostava de camas, como ela costumava dizer.

Um dos momentos mais felizes da minha infância e adolescência no quilombo de Vila de Umarizal ocorreu com minha amiga Beth Simone, ela e eu começamos a criar nossas próprias bonecas de pau. Cortávamos galhos de árvores no mato, que tivessem semelhantes com pernas que encontrávamos no mato. Após retirar as folhas, esses galhos eram transformados em nossas bonequinhas, nas quais adicionávamos braços e cabelos feitos com pedaços de pano de redes antigas, que desfiávamos para criar os cabelos.

Assim, demos vida e nomes a esses personagens, criando histórias envolventes que nos entretinham por horas a fio. Interpretamos diferentes papéis por meio delas como atrizes, médicas, advogadas, professoras, juízas e muitas outras profissões. As bonecas eram adornadas com detalhes impressionantes, como cabelos coloridos feitos com tiras finas de pasta de creme dental e roupas confeccionadas com retalhos de tecido. Nossa casa de brincadeira era um universo de criatividade, com camas feitas de pedaços de esponja, sofás feitos de caixas de fósforos e histórias que ganhavam vida por meio de nossas vozes.

Nossas brincadeiras também aconteciam nas árvores, como as mangueiras e cuieiras. Em uma tarde, enquanto subia em uma cuieira com uma amiga, acabei caindo e quebrando o braço. Lembro-me de chorar a noite toda, causando grande preocupação à minha mãe, que teve que chamar um enfermeiro para engessar meu braço. Fiquei com o braço engessado por um longo tempo, e essa memória permanece viva em minha mente, lembrando-me dos momentos que moldaram minha história na comunidade.

Lembro-me de uma ocasião em que queríamos assistir a um filme na casa de um vizinho que tinha televisão, já que não tínhamos eletricidade própria na comunidade naquela época. No entanto, meu pai não permitiu que fôssemos, o que me fez chorar muito, pois a experiência de assistir televisão com as crianças da comunidade, em uma espécie de cinema caseiro era extremamente divertida. Lá a gente ria de tudo que parecia engraçado na televisão, nossos risos e nossas vozes ecoavam e isso era muito divertido.

Outra lembrança marcante era a chegada das balsas que vinham buscar madeira em nosso quilombo. O rio Tocantins, que fazia parte de nossas vidas desde a infância, tornou-se uma área de diversão quando as balsas passavam carregadas de troncos. Nós subimos nessas balsas e saltamos no rio, aproveitando a oportunidade para nadar. As crianças da comunidade aprendiam a nadar desde cedo, pois o rio fazia parte integrante de nossas vidas. Naquela época não tínhamos consciência dos danos ambientais causados pelo desmatamento, algo que merece destaque aqui. Vi isso conhecendo por muito tempo e até lembro que peguei uma pisa porque contaram para ela que eu estava pulando da balsa. Lembro-me das balsas que transportavam madeira e das que carregavam troncos amarrados, formando fileiras de madeira que flutuavam no nosso rio.

#### **5.4 O Samba de Cacete**

Um dos momentos mais esperados do ano, no festival quilombola de Umarizal, é a apresentação do Samba de cacete, sendo uma das atrações mais aguardadas e bonitas que encanta a todos, o grupo que é composto por homens, mulheres e crianças da comunidade que cantam e dançam trazendo na memória das letras da música sua historicidade e pertencimento ancestrais. O meu quilombo é um lugar rico em representatividade e o Samba de Cacete é uma expressão cultural que se desenrola por meio da dança em roda, da música entoada pelo próprio grupo e dos ritmos pulsantes dos tambores que ecoam em toda a musicalidade. Este é um momento singular em que todas as mulheres com suas vestimentas de saia compridas e rodadas, crianças e homens com suas danças e batuques, vão preenchendo o ambiente com uma energia contagiante enquanto cantam e dançam alegremente, transportando-nos às raízes de nossa história ancestral.

Conforme destacado por Pinto (2010), o samba de Cacete é uma forma em que representa a expressão cultural por meio da dança que possuem raízes profundas enraizadas na da cultura negra. Esta dança se dá pela história de diversas culturas que compõem a região amazônica, dando expressão simbólica aos sofrimentos e dores do povo, ao mesmo tempo em

que representa sua força física quanto emocional. Um exemplo disso é a expressão do amor e do romance por meio da poesia. O Samba de Cacete tem chamado atenção não apenas de artistas, mas de pesquisadores de todo o Brasil, que têm registrado a história dessa dança que é de origem quilombola.

O grupo Samba de Cacete, Recordação de Umarizal, é composto predominantemente por mulheres, embora também inclua crianças, adolescentes e homens da comunidade, todos originários das comunidades remanescentes quilombolas do município de Baião, no estado do Pará.

## 6. CAPÍTULO 2: CAMINHOS E ESCREVIVÊNCIAS DE UMA COTISTA UNIVERSITÁRIA

A nossa escrevivência  
 não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande,  
 e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”  
 (Conceição Evaristo)

Nossa vida, por vezes, é cheia de inquietações, inseguranças, isso nos leva muitas das vezes a frustrações, e tudo bem, isso faz parte da nossa trajetória de vida, como seria se tudo fosse fácil? Não é bem assim, precisamos pisar nos espinhos para sentir que a caminhada não é só flores, por exemplo.

Machucar-se nos espinhos pode causar dor e desconforto, conquistar nossos sonhos pode demorar um pouco e até nos machucar nas travessias da vida para chegar até ele, mas isso pode também fazer parte do processo, ainda mais quando isso vem de mulheres negras, pode demorar ainda mais, pois vivemos diante de uma estrutura racista que inviabiliza a realização dos sonhos da população negra, principalmente das mulheres negras, em um mundo que é tão desigual.

Como estudante negra, quilombola, não podia imaginar que fosse possível tecer minhas escrevivências dentro de uma pesquisa acadêmica, achei isso um máximo, incrível, porque um dos meus sonhos de infância era exatamente um dia poder narrar minhas próprias histórias, em algum livro ou revistas que eu sonhava um dia escrever quando crescer. Além disso, lembro das agendas anuais que eu tinha, quando rabiscava, contava, inventava minhas próprias histórias, fazia colagens de fotografias de revistas, como de personagens que eu admirava, isso me fazia viajar no tempo, me movia para muitos espaços, lugares que desejava está.

Era prazeroso escrever as minhas próprias histórias, uma pena que um dia isso tudo se perdeu em algum momento, guardo apenas em minha memória lembranças que não se apagou e a partir disso, trataremos em nossa escrita, sonhos, incômodos, estranhamentos, conquistas, acessos, desejos, que hoje serve como ponto de partida da minha memória afetiva, hoje posso recordar e contar. Porém, no livro *Becos da Memórias de Evaristo* (2017), logo no prefácio, ela diz que a memória esquece, por isso surge a necessidade da invenção, ou seja, a memória não é a mesma coisa do acontecimento, é subjetivo, eu posso inventar quando não lembrar?

Também já afirmei que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção. Nesse sentido, venho afirmando: nada que está narrado em Becos da memória é verdade, nada que está narrado em Becos da memória é mentira (Evaristo, 2017, p. 12).

Na verdade, eu acredito que podemos até esquecer alguns detalhes, mas as lembranças ficam em nossa mente e são elas que eu guardo, estão além da minha escrita, nem tudo eu conto. Eu gostava de viajar na imaginação, inventando sobre minhas vivências, mesmo diante de tantas incertezas no meu lugar de origem, eu gostava muito de inventar também minhas próprias histórias com os personagens dos contos, revistas e novelas que ouvia, podia viajar na minha imaginação, também tinha um desejo de escrever romances e poesias, pois era um dos costumes que tive naquela época, ler o que me era possível, para uma menina do interior que emprestava de outros colegas livros sobre romances para ler e sonhar com as histórias narradas ali.

Sonhava com minha escrita, mas às vezes a frustração acompanhava a escrita porque escrevia os sonhos que um dia imaginava que se tornariam realidades, tipo o desejo de conhecer o príncipe encantado que viesse me buscar e me levar pra um lugar distante dali, como os contos que eu também lia das princesas como Cinderela, Branca de Neve, A Bela e a Fera, entre outras princesas brancas que sempre foram presentes nas literaturas infantis que nos contavam. Os livros que lia não era comum ter personagens negros, há não ser aqueles que tinham o papel menos importantes naquelas histórias.

Lembro que em nenhum momento me vi representada em alguns personagens, ou livros infantis em que eu lia, de alguma Princesa negra contada nas histórias, sempre eram de mulheres brancas, portanto, minha imaginação era sempre voltada para pensar como a branquitude, queria ser como aqueles personagens que eram descritas nos contos, mulheres com belezas singulares, cabelos compridos e lisos.

Dessa forma, tenho lembranças quando colocava toalhas de banho ou lenços da minha mãe na minha cabeça para me sentir como os cabelos longos e lisos que caíam sobre meus ombros, igual as personagens das revistas e das literaturas infantis, mesmo que esses personagens não faziam em nada parte da minha ancestralidade ou seja minhas origens, isso porque sempre fomos negados historicamente nos livros pelas narrativas desses contos de fadas e princesas de personagens brancos.

Outras possibilidades que tinha era ouvir nas rádios as novelas na casa do meu vizinho que morava ao lado de casa, isso me faziam me imaginar naquelas histórias, lembro que eu e minha amiga de adolescência ouvíamos pelo rádio do avô dela, histórias narradas de amor.

Naquela época na minha vila poucas famílias na comunidade tinham televisão e ouvir as rádios era uma forma de vivenciar as histórias de romances, algo que nos motivaram a querer ter uma história de amor, mesmo que fossem apenas para ouvir, já que as novelas naquela época eram comuns ser transmitidas pelas rádios.

Lembro que em algumas das tardes eu minha amiga, íamos sentar-nos bem perto do radinho que ficava em uma mesa na salinha da casa do avô dela que era muito conhecido, pois era o curandeiro da comunidade no qual as pessoas levavam seus filhos para benzer ou para passar algum chá de ervas medicinais, isso foi sempre comum nas nossas tradições. Eu e minha amiga ouvíamos as novelas, isso acontecia quando os avós delas se recolhiam para dar os cochilos da tarde, então a gente ouvia as histórias.

Minhas lembranças das novelas eram desse jeitinho: um homem e uma mulher que se amavam e as histórias eram sempre narradas por alguém com uma voz que sempre me fazia viajar, essas histórias tinham outros personagens que eram as atrizes e atores da novela, uma linda história de amor do casal que se amavam e tinham um final feliz no final da novela, mas que também tinham sofrimentos e acidentes de carros, entre outros acontecimentos que sempre são comuns de acontecer nas novelas, mas não lembro também deles falarem que algum personagem que tivesse uma cor de pele diferente, mas no meu imaginário todos eram de peles claras e cabelos lisos e longos. Desse modo sempre imaginei ser um personagem de gênero masculino e feminino todos brancos, altos, cabelos lisos, isso estava no meu imaginário. Por que será que sempre imaginei dessa forma?

Ouvir essas novelas eram muito importante, pois depois disso gostávamos de brincar fazendo as imitações dos personagens, contando também as nossas histórias e brincadeiras do faz de conta, cheias de memórias afetivas, que por muitas vezes aconteciam embaixo do assoalho das nossas casas, em cima de uma mangueira ou em qualquer outro lugar que podíamos ter o nosso bem viver de meninas negras, pois já sentíamos na pele que a vida já era complicada pro nosso povo e o racismo escancarado sem mesmo a gente compreender.

Dessa forma, a rádio para nossa comunidade foi um dos meios de comunicação que estava presente no nosso convívio, antes mesmo da chegada da energia elétrica, pois era como tínhamos informações das notícias do Brasil e do mundo, onde podíamos aprender as canções que eram tocadas neles também. Lembro também que meu pai tinha um radinho, que muitas das vezes até nos acordava de madrugada porque ele ligava para ouvir os noticiários desde muito cedo.

Ainda na construção dessa metodologia, já passei por algumas mudanças, pensamentos, inquietações e frustrações, sempre me vem à mente o que seria melhor fazer com essa escrita,

pois são sempre perguntas que quase todas as vezes que escrevo me deixam inquietas. Durante a construção do meu projeto de mestrado não tinha ainda escolhido falar de mim, como minha escrevivência, ainda estamos organizando, fazendo diálogos com minha orientadora, percebemos que novas ideias vêm com as leituras e escritas, por isso estamos em construções dela, só para deixar ciente aqui.

Em alguns momentos da minha escrita, às vezes causa dor, as lembranças também podem causar inquietações, dores ou tristeza, no sentido de rememorar, voltar atrás de tudo que já senti e vivi, marcando meus valores, minhas nuances e minha trajetória de vida.

Diante disso, minhas dificuldades na escrita me deixam por vezes desanimada, gostaria de escrever melhor academicamente percebo que minha escrita é simples academicamente, pois as minhas dificuldades me fazem passar horas para produzir, muitas vezes até não consigo nada, quando estou lendo outros(as) autores, vejo o quanto eu preciso avançar e melhorar, mas entendo que passar por tudo isso é também necessário, pois amadureço conversando com minha escrita, a refaço, vejo novas transformações e mudanças. Escrever sobre mim dá um certo prazer também, é bom, às lágrimas por horas vem em alguns momentos com as lembranças, pois recorde de tudo que passei e sobrevivi pra chegar até aqui.

Evaristo afirma que a escrita muitas das vezes pode doer, segundo o trecho a seguir:

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo (Evaristo, 2005, p. 2).

Apesar da dor ou frustração que às vezes sinto ao escrever, o ato da escrita me traz esperança, me faz sentir viva, lembrar e sonhar com os sonhos de infância, adolescência que era de um dia poder me formar, trabalhar, conquistar meu espaço, fazer uma faculdade para ser orgulho para mim mesma, para minha família e para minha comunidade é tão significativo que me dá gozo e alegria.

O livro que foi escrito por mulheres negras sobre escrevivências, nos diz que o ato da escrita é o ápice de maior demonstração de quem escreve. Colocar nossos pensamentos em um pedaço de papel, juntar as palavras de dentro do nosso íntimo, não se denomina como algo natural, porém isso nos ensina a aprender, a sermos encorajados a resistir e repetir coisas possíveis (Duarte; Nunes, 2020).

Desse modo, a escrevivência de nossas memórias afetivas se faz necessário, nessa metodologia, por ser uma potente ferramenta desenvolvida pela escritora brasileira Conceição Evaristo, onde ela trata a escrita das suas vivências e de outras mulheres, evidenciando sua condição de mulher negra que viveu na favela, onde suas literaturas nos trazem experiências das valorizações e memórias ancestrais. Por isso, escrever nos leva a vários lugares em nosso imaginário, onde realizamos o que pode ser possível, pois as leituras e escritas nos fazem enxergar o que somos, o que queremos e o que acreditamos.

De acordo com o livro *Escrevivência*, a escrita de nós *Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo em que mulheres negras contam suas histórias*, nos diz que:

Pesquisar e estudar a *Escrevivência* de Conceição Evaristo é urgente: compreende uma complexidade que se expressa nos espaços literário, político, histórico; não necessariamente nessa ordem. Escreve o protagonismo das mulheres negras. Sobre o que nos move, sobre a vida colocando em questão as desigualdades e preconceitos raciais e de gênero. É ato de defesa de direitos, de formação. É acreditar que toda pessoa tem algo para compartilhar; e que, ao registrar ou publicar, promove sentidos, reconhecimentos e uma compreensão de vida livre e ampla, essencial para que se conheça e se respeite uma sociedade tão diversa. (Duarte; Nunes, 2020, p. 14).

Nesse contexto, é muito importante, para nós enquanto mulheres negras quilombolas, poder narrar nossas histórias, ter o nosso lugar de fala, o nosso protagonismo que sempre foram atravessadas pelo silenciamento, racismo, sexismo, misoginia, pela invisibilidade das nossas vozes, dos espaços que poucos conquistamos. E diante de tudo isso, escrever nossas vivências e inquietações é sim um ato político, de resistência que nos possibilita externalizar nossa magnitude, potência e sobrevivência.

A escrita como método e ética em pesquisa surge como forma de resistência em uma época de intolerância e frustração severa quanto ao acesso aos direitos fundamentais. Abordar a vida das mulheres negras, não como sujeitos passivos de estudo, mas como uma força artística, criativa, por meio da escrita literária, é uma forma de mostrar a elas e a (nós) as protagonistas de suas (nossas) histórias (Soares; Machado, 2017).

Portanto, a partir daí abro esse espaço significativo de fala contando um pouquinho de minha infância, história de vida acadêmica, minha trajetória no curso de psicologia na UFPA, na Amazônia, acessando as políticas de ações afirmativas, para ingresso de estudantes negros(as) quilombolas e indígenas.

Trago também minha entrada no Programa de Pós-graduação no PPGP da UFPA, como forma de resistência e coragem, onde provooco minha escrita, pois meu desejo é, de encorajar outras mulheres negras, quilombolas, indígenas, entre outras mulheres que ainda não

conquistaram seus espaços ou que ainda não chegaram a conhecer o universo acadêmico, que essas mulheres acessem seus espaços que ainda não estão ocupados por elas, seja no mercado de trabalho, nas instituições acadêmicas ou em outros lugares, é preciso lutar por mais espaços que ainda não foram ocupados, como direitos nosso na sociedade.

### **6.1 Quem sou eu, onde estou e como cheguei?**

Sou filha de pai negro e mãe branca, quando criança não entendia nada das minhas origens tradicionais, mesmo vivendo em uma comunidade ribeirinha que se tornou quilombola, carregava minha história sem entender o porquê que a minha comunidade era chamada de lugar dos pretos, quando vinha a pergunta: Qual é tua cor? Me declarava como parda, sem entender as minhas ancestralidades.

Hoje me reafirmo como uma mulher negra, quilombola e afrodescendente, mas demorou para a compreensão do meu pertencimento, das minhas origens, minhas ancestralidades, minha história de vida até aqui. Isso devo, em especial a minha trajetória acadêmica, no curso de Psicologia na UFPA, foi nesse espaço que passei a me reconhecer como essa mulher negra, ao olhar para outras mulheres negras eu me identifico com elas nesse mesmo espaço que ocupei, faço parte de uma ancestralidade marcada pelas desigualdades educacionais e sociais, pelas exclusões, pelo racismo estrutural e por muito preconceito atravessado até os dias atuais.

Nasci e cresci em uma comunidade quilombola ribeirinha chamada Vila de Umarizal, município de Baião/Pará, uma terra conhecida como o lugar dos pretos, histórias contadas por nossos avós e ancestrais, por ser um lugar que foi refúgio dos escravizados que chegaram lá por conta do período colonial.

Hoje meu lugar é reconhecido historicamente como território quilombola a partir da presença significativa de negros nessa região. Vivi toda minha infância, adolescência e parte da minha juventude nesse lugar, minha matriarca disse que fui concebida por uma parteira da minha comunidade, que se chamava Elviria, recordo um pouco dela, lembro que era uma mulher negra, que gostava de cachimbo, costumes daquela época, eu a chamava de tia, pelo parentesco, ela ajudou minha mãe durante sua gravidez.

Minha infância e adolescência foram marcadas por vários acontecimentos, meu território tem um lindo rio que sempre me banhei, brinquei, lavei roupas e louças de casa, pois na época não tínhamos abastecimento de água em nossa comunidade, o nosso rio Tocantins nos permitia que fizéssemos de tudo nele, e foi onde aprendi a nadar ainda criança, hoje vejo outras

crianças nadando com três, quatro anos de idade nesse lindo rio, isso me traz memórias significativas.

De acordo com Barossi (2017) “a noção de escrevivência age como instância ética, estética e poética, pois dá vazão à mudança de perspectiva por meio do processo criativo”, (Barossi, 2017; p.34).

Dessa forma, os anos foram passando, com a conclusão do Ensino Fundamental, lembro que tive ainda a resistência de meu pai não concordar para que fossemos morar em outro lugar para concluir o Ensino Médio que ainda não tinha em nossa comunidade, foi a partir disso, lembro, que minha mãe teve todo um cuidado, dialogando e explicando que era importante para nós, os filhos, a continuação de estudar em outro lugar. Então, foi necessário a permissão do nosso pai, pois ele queria aguardar que chegasse o Ensino Médio em nossa comunidade, diante disso, tivemos que nos adaptar, saindo da nossa zona de conforto, ou seja, nossa casa, para prestar o Ensino Médio na cidade de Baião, o lugar mais próximo, que faz parte do nosso município.

No primeiro ano tive que morar na casa de parentes, ou seja, com meus tios, depois meus pais conseguiram comprar uma casinha e fomos morar lá, eu e meus três irmãos, aos finais de semanas quando podíamos, vínhamos para nossa comunidade, para poder estar com minha família. Me lembro que minha irmã, a mais velha de todas, Aldeise, começou a vender chopp, onde todos nós irmãos a ajudávamos, para que nossas despesas não ficassem tão pesado para nossos pais, a partir disso, eu terminei o Ensino Médio, e depois voltei novamente para minha comunidade.

Ao concluir o Ensino Médio, mantinha a esperança de ingressar na faculdade, embora as circunstâncias não me favorecessem. Minhas tentativas de passar no vestibular, sem preparação adequada, provaram ser uma tarefa árdua, especialmente dado o contexto desafiador em que vivíamos. A obtenção de uma vaga em uma universidade pública ou particular parecia um sonho distante, uma vez que não tínhamos acesso a cursos preparatórios, algo que muitos na nossa comunidade não podiam pagar.

Assim, eu continuava me inscrevendo nos vestibulares, buscando a sorte, uma vez que naquela época ainda não tínhamos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Mantive a esperança de realizar meu sonho de entrar na faculdade, motivada pelo apoio dos meus pais, que sempre me encorajaram a persistir em busca de uma vaga. No entanto, apesar de minhas melhores intenções, não consegui ser aprovado em nenhuma das tentativas. A conquista dessa aprovação parecia quase impossível para mim naquele momento, o que acabou me levando a desistir de continuar tentando.

O tempo passou e com ele mais de 20 anos de minha vida sem estudos. Esse foi um período em que eu até tentei vários anos entrar em algumas universidades mais sem resultados, então fui em busca de trabalho. Minha irmã mais velha morava em Tucuruí - Pará na época, pois se mudou para lá em busca de trabalho com sua família, com isso fiquei sabendo que estavam fazendo um processo seletivo para contratar professores com formação em magistério em Novo Repartimento, no mesmo estado, para trabalhar com o a modalidade multisseriada. Fui tentar esta vaga, dessa forma eu consegui trabalhar em uma fazenda, morei com uma família que me acolheu muito bem e que nunca esqueci a recepção durante o ano em que morei com eles, para mim foi uma experiência incrível, pois aprendi muito com aqueles alunos e com a comunidade naquela pequena vicinal.

Eu pude entender muito mais sobre a educação do multisseriado quando trabalhei com as séries iniciais do primeiro ano à quarta série do Ensino Fundamental, claro que tive em alguns momentos preparações e orientações, porém as dificuldades para aqueles estudantes foram sempre percebidas, com por exemplo, não ter um professor que fosse específico para as suas séries. Fiquei por um período trabalhando por lá, pois meu pai sempre desejava que eu voltasse para morar com eles na minha comunidade e tentasse fazer um concurso público esperado para o local. Então, decidi ir embora, ficando por lá apenas durante um ano, lembro que depois disso fiquei sem trabalho e me dediquei exclusivamente a igreja na qual meu pai era pastor.

Na igreja Assembleia de Deus Pentecostal, em que meu pai era líder como pastor, passei a me inspirar nele, tanto que por muitos anos desejei também ser pastora. Ele era um líder nato, apesar de nunca ter feito nenhuma faculdade, ensinava sobre os conhecimentos bíblicos, ajudava a comunidade de várias formas por meio de ações sociais, era um exemplo de pai e de homem.

Na comunidade meu pai fez parte como presidente do Clube da Comunidade, entre outras ações que desenvolveu no território como liderança, foi professor também e era muito querido por ser um homem que se importava com os outros. Meu pai veio a falecer com apenas 56 anos de idade por uma enfermidade que atinge com mais frequência a população negra, ou seja, a diabete e a pressão alta.

Após esses acontecimentos me casei e voltei a trabalhar como secretária na escola da minha comunidade, fiquei trabalhando nessa escola por cerca de um ano e então engravidei da minha filha Anne Fabi e por esse motivo voltei a morar em Baião - Pará. No decorrer desses anos soube das políticas de ações afirmativas que começaram a ganhar visibilidade e alguns alunos da minha comunidade conseguiram o acesso as políticas de cotas na UFPA, que

começou a oferecer oportunidades para estudantes negros, quilombolas e indígenas ingressarem no meio acadêmico.

Quando tomei conhecimento dessa possibilidade de ingressar em uma universidade pública, meu sonho de cursar uma graduação foi reascendido. Tive alguns momentos difíceis na vida quando houve separação do pai da minha filha, o que reacendeu ainda mais a vontade de estudar, mesmo já estando com mais de 40 anos de idade.

Desde então, estava certo de que o curso que desejava cursar era psicologia, um sonho antigo que já tinha a certeza de que era o que eu desejava. Apesar de todos os receios que me assombravam, principalmente depois de tanto tempo longe dos estudos, essa jornada representaria o auge das minhas descobertas, mesmo que eu não tivesse uma ideia clara do que me aguardava nesse novo ambiente acadêmico. No entanto, no primeiro ano em que busquei uma vaga, não obtive sucesso.

Essa situação foi extremamente frustrante e lembro-me de ter chorado junto com minha mãe. Ela me confortou com palavras acolhedoras e cheias de afeto. Naquele momento, conformei-me e disse a mim mesma que tentaria mais uma vez no próximo ano, prometendo a mim mesma que, se não conseguisse ingressar, consideraria desistir de vez de tentar o curso dos meus sonhos.

Chegou o tão aguardado dia. Novamente, passei por todas as etapas do processo seletivo, conhecido como Processo Seletivo Especial (PSE), que compreende duas fases distintas: a redação e as entrevistas. Fiz minha inscrição mais uma vez, desta vez me preparando ainda mais, estudando redação com a ajuda de um livro que adquiri para esse fim. Enfrentei a entrevista com maior confiança, sabendo que era uma parte crucial do processo de seleção para a tão almejada aprovação.

Quando finalmente recebi a notícia de que havia conquistado a vaga, foi um dos momentos mais felizes da minha vida. Minha mãe e eu, novamente emocionadas, nos ajoelhamos abraçadas agradecendo a Deus por aquele momento tão especial. Eu gritava para ela, repetidas vezes: "Mãe, vou me tornar uma Psicóloga!"

## **6.2 Como um peixinho fora d'água, conhecendo o espaço acadêmico**

Assim que cheguei à universidade, logo me deparei com a vida acadêmica totalmente diferente do que eu imaginava, lembro exatamente do primeiro dia de aula, eu chegando na UFPA, agora como aluna do curso de psicologia, muito ansiosa e nervosa sem saber o que me esperava ali. Diante de tudo isso, sofri bastante quando entrei na graduação, pois já estava muito

tempo sem estudar, só que sempre tive esse sonho e vi por meio das políticas de cotas que esse sonho poderia ser possível para mim.

O primeiro contato que tive foi com alguns alunos lá pelos corredores do Mirante do Rio, que estavam verificando onde seriam suas salas, eu também me aproximei, a primeira pessoa que falei foi com Cláudia, que era da mesma turma que eu, perguntei a ela onde seria a sala de psicologia para os novos calouros, daí em diante fomos direcionados para a tão sonhada sala de aula, me encantei com tudo ali, um prédio totalmente novo, com elevadores e salas climatizadas, me senti muito honrada por estar naquele espaço que nunca imaginei em estar.

Fui conhecendo os colegas aos poucos, me sentei na segunda fileira na sala, porque o fundão já estava ocupado claro, eu me sentei no fundão todos os anos que estudei no curso com essa turma, éramos conhecidos como os amigos do fundão.

Nossa! Tudo era novo para mim, tudo muito lindo, primeiro dia ali, o primeiro professor. E a primeira disciplina? História da Psicologia. Com qual Professor? Aécio Borba, que nos encantou com sua primeira aula que foi mais para apresentações, lembro que ele rabiscou no quadro e pediu que nos apresentássemos, fez as seguintes perguntas: - Porque escolhemos aquele curso, se tínhamos outra graduação, quem estava há muito tempo sem estudar? E teve outra pergunta que não me lembro. Eu estava bem nervosa e tanto que levantei e fui a primeira aluna a se apresentar, fiquei em pé, e me apresentei com muito orgulho, dizendo meu nome, me afirmando como aluna quilombola da Vila de Umarizal, que estava a muito tempo sem estudar e o que me fez querer aquele curso.

Bom, eu estava sem estudar a muito tempo, por isso para mim foi um desafio muito grande está ali com uma turma, onde muitos tinham acabado de vim do ensino médio, outros já tinham outras graduações e até mestrado, conforme as apresentações dos colegas, eu realmente me senti um peixinho fora d'agua, e dizendo para mim, Deus, por que eu vim parar aqui?

A partir dali, já tinha a noção que não seria fácil para mim, logo nos primeiros semestres imaginava que não daria conta, minha realidade era bem diferente da dos colegas que conheci dentro da universidade, então sentia que talvez não conseguisse permanecer naquele ambiente tão diferenciado das minhas vivências, das minhas culturas e que não foi pensado para mim uma mulher negra quilombola, cotista que tinha entrado com as políticas de ações afirmativas.

Por isso, muitas vezes, com os trabalhos para apresentar eu me sentia a pior do grupo, não tinha a mesma linguagem acadêmica da maioria ali, isso me frustrava muito, acompanhada do medo de não dá conta com as leituras e as avaliações, quando eu chegava em casa chorava, me ajoelhava na minha cama, orava a Deus para que me desse força para prosseguir, certas

situações que eu enfrentava lá eu guardava apenas comigo, isso causava um sofrimento interno que abalou sim o meu psicológico, por exemplo.

Conhecendo mais a fundo a realidade acadêmica, entendi que gostaria ao entrar no curso receber uma rede de apoio psicológico específico para nós alunos negros quilombolas, indígenas que tem uma realidade muito diferente do espaço acadêmico com a nossa realidade de vida, fui saber muito depois que tinha essa rede ou que tinham criado essa rede, pois quando somos acolhidos por uma rede de apoio, pode ser melhor a nossa saúde mental, quando enfrentamos essas situações nesse espaço que deve ser pensado para essa população que é mais vulnerável aos demais.

Diante disso, eu me lembro que nos primeiros anos do meu curso, uma disciplina que foi importante na minha trajetória acadêmica foi à disciplina de Políticas Públicas, dada pela Profa. Flávia Lemos, fiquei encantada com as falas que ela trouxe em uma de suas aulas para aquele espaço, logo vinham nos meus pensamentos, eu quero isso, mesmo eu sento tímida, ela dizia que precisávamos sair da nossa zona de conforto, o que me instigou por meio de suas falas sobre como devíamos nos engajar nos movimentos estudantis, nos movimentos sociais, dentro da universidade, sentir a partir disso o interesse de me aproximar e conhecer mais sobre pautas relacionadas com os movimentos negros entre outros temas que fossem pertinentes para que eu pudesse de alguma forma está ocupando aqueles espaços.

Entretanto, os cinco anos que passei no curso de psicologia, três anos foram presenciais e logo veio a pandemia, tive que me adequar com o modelo remoto, o que foi bastante complicado, por não ter um ambiente adequado para assistir as aulas do curso. Enquanto estudava minha filha também tinha que ficar do lado ouvindo as aulas, queria conversar, isso me distraia e o foco já não era o mesmo como o presencial, isso foi novamente uma nova adaptação, pude observar que existe um processo em nossa vida, o meu processo foi cheio de atravessamentos, transformações, inquietações, entre outros.

Desse modo, foi no curso que realmente me reconheci como mulher negra na universidade, pois antes eu não me reconhecia como essa mulher que é negra e foi a partir de conhecer esse espaço que eu me identifico com outras mulheres negras mesmo não tento contato com elas, as vejo naquele espaço em movimentos em engajamento, como nos modos de vestir, nos cabelos afros e na afirmação de sua negritude, eu me vejo com elas e me identifico dentro de um curso de psicologia, que me fez pensar como poderia contribuir enquanto mulher negra na minha comunidade, na sociedade, por isso me fiz a seguinte pergunta: Para que estou aqui? Foi daí que pensei no meu TCC que teve o tema “A Invisibilidade da Mulher Negra e as Políticas Públicas Afirmativas na Educação. Dessa forma, iniciou o meu processo de interesse

por essas temáticas e sobretudo as pautas relacionadas ao relações raciais, aos movimentos de mulheres negras, políticas públicas afirmativas na educação.

A escolha da minha temática no trabalho de conclusão de curso foi exatamente porque me identifiquei com essas mulheres negras que precisam lutar para serem reconhecidas enquanto sujeito de direitos, foi perceber que dentro de alguns espaços e nas universidades as mulheres negras são invisibilizadas e que precisamos nos mover para que essa invisibilidade seja desfeita.

Não tive oportunidade de quase todo o curso de Psicologia ter me aproximado de autores negros, que poderia ser de muita importância para me reconhecer nas literaturas, desse modo, o que me possibilitou essa oportunidade foi apenas no oitavo semestre do curso, com uma Professora que ministrou a disciplina Etnopsicologia, onde ela trouxe vários debates relacionados as populações tradicionais. Eu tenho toda certeza de que eu me sentiria muito melhor, se logo que entrasse na universidade eu tivesse representatividade, como literaturas e Professores(as) negros(as) que pudessem me inspirar, o que quase não vi.

Muitas das vezes podemos sentir que a universidade não é pensada para nós, a população negra, por que sentimos o quanto somos diferentes da maioria que está inserida naquele espaço, sendo o negro e o indígena os mais prejudicados pelo não reconhecimento. Quando chegamos na universidade não nos deparamos com professores negros e nem com as literaturas que deveriam ser inseridas nas discussões acadêmicas, isso nos traz uma formação voltada para os ideais de branco eurocêntrico.

Nos primeiros anos da graduação, eu nunca imaginava que um dia eu poderia entrar na pós-graduação, apenas fazer aquele curso já era uma realidade que muito pouco chegava no meu imaginário, se não fosse as políticas de ações afirmativas para que isso viesse acontecer. Entendo que não seria possível hoje eu está fazendo uma pós, ainda mais quando ouvir alguns discursos de professores que disseram que muito poucos de nós alunos chegaríamos ao mestrado e muito menos ao doutorado, essa fala me incomodou porque pensei : Como isso seria possível com a minha realidade ali, de onde eu vinha e onde eu estava agora, seria possível isso pra mim?

A resposta foi sim, foi possível pra mim hoje está cursando mestrado na mesma instituição da minha graduação, UFPA. Ingressei pela ampla ocorrência e não foi possível entrar com as políticas de cotas, mas passei em 2º lugar entre os selecionados no programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), com a linha de pesquisa em Psicologia Sociedade e Saúde, me senti muito mais alegre por isso, pois isso mostrou pra mim que somos sim capazes de entrar

em qualquer lugar que desejamos e que nossa cor não pode ser pensada como menos inferior que o do colega que tem a pele branca.

Sendo uma estudante negra, formada em psicologia e fazendo uma pós, isso representa muito para o nosso povo e para nossa história na sociedade. Isso pode ajudar sim a nossa representatividade nesses espaços academicista. Isso fortalece a nossa identidade e nossa autoestima e podemos inspirar outras mulheres negras a acreditarem em si mesmas como protagonistas das suas histórias nesses espaços.

### **6.3 Conhecendo outros espaços acadêmicos: participações e organizações em eventos. Qual o meu papel no campo científico enquanto mulher negra?**

Acredito que um dos primeiros caminhos que me abriram as portas de me engajar nesse espaço acadêmico foi quando eu desejei fazer parte como representante no Conselho da Faculdade de Psicologia (CONFAPSI), achei importante com aluna quilombola estar inserida nesse espaço e participar das reuniões ordinária que aconteciam com os alunos, professores e a direção, essas reuniões aconteciam a cada mês para tratar sobre aprovação de projetos, assuntos relacionados a concursos entre outros assuntos pertinentes a faculdade de psicologia, fiquei participando durante seis meses, apesar de pouco tempo, foi importante conhecer um pouco sobre a política desse instituto de psicologia.

Tive minha participação como membro da Coordenadoria de Comunicação do Centro Acadêmico de Psicologia Nise da Silveira (CAPSI-UFGA), na gestão Florescer 2021, participei como voluntária no Projeto Acolher, “Uma Pós-graduação emocionalmente saudável em modelo remoto”, que foi coordenado pela professora Dra. Rachel Coelho Ricardo Teixeira (2021), isso me fez um bem enorme, porque passei a compreender muito mais sobre as narrativas de estudantes que enfrentam e passam por adoecimento mental por conta das dinâmicas que tem que dar conta na pós-graduação.

Diante disse, minha participação no grupo de pesquisa Transversalizando me abriu muitas portas e a Profa. Flávia Lemos foi e é uma referência para mim, porque comecei a acompanhá-la nas defesas de bancas em que ela estava como orientadora. Lembro da primeira que participei que foi da Ellen Aguiar, aquele momento pra mim foi tão especial porque tudo era muito novo pra mim, ver uma apresentação de tese de doutorado pela primeira vez, achei lindo e meus olhos se encheram de lágrimas quando a Ellen apresentava, dizia pra mim naquele momento, eu quero isso.

Lembro que quando terminou a defesa eu me aproximei da Profa. Flávia Lemos e ela me provocou com perguntas: Gostou? Você quer isso pra ti? Então, eu a respondi, bem baixinho, gostei sim, se Deus quiser, eu quero. E o desejo de fazer uma pós-graduação começou a partir daí e mexeu muito comigo, porque me sentia acolhida por ela naqueles encontros e aprendia muito com tudo ali, enquanto Professora de Psicologia, ela me ajudou muito com a minha transformação, ela me deu ferramentas para isso, me colocou no grupo de pesquisa Transversalizando mesmo sem eu pedir, eu me sentir bastante acolhida por ela e pelo grupo que é composto por mais de duzentas pessoas.

Partindo disso, eu pude me aproximar de outros colegas que faziam parte do grupo, que compartilhavam literaturas de autores(as) negras(os), para mim foi essencial, me sentir acolhida nesse espaço, isso fez muita diferença para minha formação no curso e me ajudou a conhecer ainda mais sobre o racismo estrutural que é tão forte em nossa sociedade.

Foi muito importante, já estando muito à vontade no grupo de pesquisa Transversalizando, quando fui desafiada a organizar vários eventos com a Profa. Flávia Lemos e outros colegas com temas que faziam parte da minha realidade, exatamente um desses eventos que me marcaram muito foi o evento: 10 anos de promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, onde pude organizar e mediar uma mesa, o Transversalizando me oportunizou e me confrontou com meus medos e receios, foi possível está neste lugar de fala mediando uma mesa com a Profa. Marilda Castelar e outros colegas que falaram sobre a temática intitulada: Formação em Psicologia no Ensino Superior e as políticas afirmativas e o enfrentamento ao racismo.

Esse evento foi um divisor de água para mim enquanto mulher negra e estudante do curso de Psicologia, poder ouvir de outras mulheres que o racismo está presente em todos os espaços e nas universidades, daí a importância da conscientização de que negros e brancos precisam discutir sobre as relações raciais. Segundo uma das falas da Profa. Marilda, ela diz que o racismo é um tema inesgotável porque ele tem sido constante na nossa sociedade.

Depois também pude participar de outros eventos que foram realizados por esse grupo e pude conhecer muito mais sobre discussões e diversas temáticas que foram importantes enquanto estudante do curso de Psicologia, tanto como ouvinte ou na organização dos eventos que traziam temas pertinentes sobre o racismo, entre outros, não só com autores brancos, mas também com os autores(as) negras(os), isso fez toda a diferença pra eu me sentir representada nesse espaço.

Quando estava no terceiro ano do curso de graduação de psicologia passamos pelo atravessamento difícil em nossas vidas, que foi a pandemia do covid-19, reclusas por uns cinco ou seis meses sem aulas, porque tudo parou, isso me trouxe muitas inquietações sobre o que

fazer. Então, nesse percurso pensei o que podia fazer para sair daquele momento difícil, foi então que pensei em escrever. Mas escrever o que? Então, pensei em convidar alguns amigos para que escrevessem junto comigo, capítulos de livros, artigos, trabalhos para participarmos em eventos on-line, para que não ficássemos parados, dessa forma, pedimos apoio da Profa. Flávia Lemos que nos ajudou com a publicação de artigos e capítulos de livros. Diante disso, conseguimos várias publicações com temáticas importantes para a nossa escrita acadêmica.

Quando entendemos qual o nosso papel nesses espaços acadêmicos, não podemos nos acomodar, devemos sempre nos reinventar pois a falta de representatividade nos currículos como nos materiais didáticos e pelo corpo docente é visível, pois não são pensados para nós. Portanto, isso nos leva a ter sempre aquela sensação de exclusão o que afeta a nossa motivação como por exemplo o engajamento desses estudantes.

Dessa forma, infelizmente muitos de nós, alunas (os) negros, não enfrentamos só o preconceito, mas a discriminação por parte de professores que acham que não é importante produzir com esses alunos já que não oferecem essas ferramentas a eles.

#### **6.4 Participações em eventos**

As participações em eventos foram para mim um divisor de águas, a minha participação no X Fórum Social Pan- Amazônica (FOSPA), que aconteceu em Belém - Pará nos dias 28 a 31 de julho, reuniu a população de vários lugares do Brasil como da Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname e Guiana Francesa. Quando fiquei sabendo da inscrição para ajudantes para o evento, realizei logo a minha para ajudar como monitora, pois sabia da importância em fortalecer ainda mais meus saberes e também poder conhecer mais sobre os diferentes povos e culturas e unir força em defesa da nossa floresta e dos povos Amazônicos. Foi um momento muito especial para mim enquanto mulher negra e quilombola, pois uns dos objetivos desse grandioso encontro que reuniu milhares de pessoas que vieram de vários países foi exatamente dar maior visibilidade aos povos da Amazônia em defesa dos seus territórios, dos povos das florestas, dos campos, das cidades e lutar contra o racismo, o autoritarismo com a destruição ambiental da nossa floresta entre outros.

Para mim foi um evento bastante produtivo, pois as problemáticas que envolvem a nossa Amazônia e outros países pedem urgência com a união da participação social em lutar pelos povos da floresta que estão à margem e sofrem toda forma de barbárie que atingem os mais vulneráveis. Para mim, foi também um momento importante como para a população de modo

geral, pois desde o início da pandemia, esse foi um dos primeiros encontros com a participação todos.

Meu papel no X FOSPA, foi de ajudar em várias demandas com outros participantes, primeiro ficamos responsáveis em recepcionar os visitantes que chegavam ao evento e não conheciam o espaço. Nessa oportunidade, eu pude conhecer vários representantes de movimentos sociais, professores e líderes religiosos de várias denominações, enquanto eu os levava a determinados lugares na universidade, procurava conversar e saber um pouco deles, onde estavam inseridos, sobre os movimentos nos quais atuavam, isso me alegrou muito em poder conhecer as histórias de novas pessoas que estavam ali em prol de uma causa.

Fiquei maravilhada com tudo que vi e ouvi, como um momento histórico que me marcou, ver uma liderança indígena que estava presente nesse evento, o escritor Ailton Krenak, que participou fazendo o pré-lançamento do documentário que foi exibido no auditório Benedito Nunes intitulado “Pisar Suavemente na Terra”. Pude depois da sua apresentação tirar uma foto com ele, que foi bastante receptivo conosco. Tivemos também presenças de várias ativistas que participaram das mesas e dos debates.

### **6.5 Evento no meu quilombo, em Umarizal-PA**

As inquietações da vida acadêmica faziam sempre surgir diversas perguntas, uma delas foi: Como posso contribuir com o meu quilombo? Algo que nunca me saiu da mente, do compromisso que assumi quando me inscrevi para o PSE, uma das perguntas que é feita na entrevista para seleção do processo seletivo, se vamos contribuir com a comunidade depois de formada(o)s. Assumi esse compromisso com eles e comigo mesma, logo que terminei minha graduação, pensava em várias formas de como ajudar minha comunidade, fazer o que for possível para contribuir com a mesma. Lembro que fui convidada pra fazer uma palestra no dia 16 de outubro de 2022, no III Congresso da UFE (União Feminina Evangelizadora) Micro Região do Baixo Tocantins, na minha comunidade Vila de Umarizal para que eu falasse sobre Saúde Mental, momento que me sentifeliz, foi um encontro de mulheres da Região Tocantina, dos lugares mais próximos da nossa região, como: Mocajuba, Baião, Joanas-Peres e Umarizal, local onde aconteceu o evento.

Dessa forma, estive palestrando para algumas mulheres na quadra da Escola Polo como o tema: “A Saúde Mental da Mulheres na Atualidade”, no decorrer da palestra percebi que ali não estava a maior parte das mulheres da minha comunidade, apenas as que vieram de outras localidades e as que faziam parte daquele movimento, ou seja, da igreja local. Isso me deixou

inquieta, pois seria importante que outras mulheres da minha querida vila estivessem ali, me fiz essa pergunta: Por que elas não estavam ali? Diante disso, fiquei pensando como poderia fazer para incluir outras mulheres e a comunidade em geral, por meio de outro evento com mais pessoas, então daí pensamos na estratégia de um novo evento que fosse pensado para toda a comunidade.

A partir dessas inquietações surgiu o I Encontro Sobre Saúde Mental e Educação: práticas de cuidados em comunidades quilombolas. Desde pensar em como seria o tema para o evento, como podíamos mobilizar, foram muitos acontecimentos, que duraram uns seis meses. A primeira ideia que tivemos foi de chamar alguns amigos mais próximos que se formaram junto comigo no curso de Psicologia, que pudessem me ajudar na organização e participação do evento como convidados para palestrar com a temática do evento, como para me ajudar na organização da mesma, recebi o apoio de algumas pessoas que foram essenciais para que o evento acontecesse, como da minha querida Profa. Flávia Lemos, que foi convidada para o evento e me deu algumas sugestões que acatei, foi de suma importância, como a sua participação como convidada em nosso evento e aproveitar para conhecer a minha comunidade quilombola.

Também pensamos em buscar parceria com a própria comunidade, entramos em contato com a escola pedindo parceria juntamente com a direção da mesma, com a Associação Quilombola do meu lugar, alunos e professores, que nos ajudassem também, pois não fazemos nada sozinhos, o coletivo sempre fará parte da nossa história, quanto mais mãos tivéssemos para agregar melhor seria para o desenvolvimento do evento, foi o que pensamos. Então, tivemos a oportunidade de criar um grupo de *WhatsApp* que pudéssemos convidar apoiadores para organização e para a divulgação da mesma, isso foi essencial, porque começamos a mobilização e colocamos várias equipes que iam trabalhar com cada parte do evento.

Pensamos nas seguintes estratégias: equipes que ficaria responsáveis pela criação do evento na plataforma e dos certificados e equipes que ficassem responsável pela elaboração dos ofícios e que buscassem parceria para ajudar financeiramente com o nosso evento, pois sabíamos que teríamos bastantes gastos, entre, alimentação para os palestrantes que fariam parte do nosso evento, despesas como articular a possibilidade de conseguir um transporte que levasse os palestrantes daqui de Belém para a nossa comunidade.

Outra possibilidade foi montar na plataforma os certificados que facilitasse a entrega no final do evento para ser enviado nos e-mails de quem tivessem participado, mesmo sabendo que na própria comunidade muitos não tivessem internet, ou até mesmo e-mail, isso não seria

um problema pois também as inscrições podiam ser feitas no dia do evento, que também iríamos disponibilizar os certificados impressos, isso foi reforçado na divulgação também.

Foram dois dias de eventos com temáticas voltadas para a saúde mental da comunidade como palestras que falavam sobre Saúde Mental e Coletiva, direitos humanos e redes comunitárias de apoio socioafetivo. Palestras como a de Decolonialidade e perspectiva Negra e Experiências, práticas de cuidados e fortalecimento de Mulheres Negras Quilombolas Tocantins, foram muito importantes, pois houve provocação e inquietações junto aos participantes. As rodas de conversas que tivemos abordaram temas como: O impacto do racismo no ambiente escolar, Saúde Mental de Professores e alunos pós-pandemia, Saúde mental da população quilombola, Gêneros, sexualidades e saúde mental nas escolas e Relações familiares e automutilação na adolescência.

Tivemos também duas oficinas sobre Plantas Medicinais, Oficina sobre Redação e a outra foi sobre Turbantes, que foram essenciais para gente se aproximar da comunidade que participaram coletivamente. Entretanto, durante o evento surgiram demandas nas rodas de conversas preocupantes sobre mutilações, ansiedades e depressões, porém algumas demandas também foram acolhidas pelos psicólogos que participaram das rodas de conversas e fizeram uma escuta afetiva com alguns casos relacionados à saúde mental dessas pessoas.

## **6.6 Evento da 7ª e 8ª Marcha de Mulheres Negras em Belém - PA**

A nossa participação na 7ª Marcha de Mulheres Negras em Belém, que ocorreu no dia 25 de julho de 2022, pela primeira vez em Belém do Pará, foi muito importante, somando com outras mulheres negras Amazônida nesse dia em que foram refletidas sobre a nossa história, como que nossas vidas foram alteradas nos últimos anos, isso foi uma reflexão dos 30 anos, em que foi realizado na República Dominicana que dedicou a data de 25 de Julho como o dia Internacional das Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas. Já fazendo parte do ANPSINEP, articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) do Pará, fui com duas amigas desse coletivo, onde nos conhecemos e me ajudando na inclusão de outros coletivos com pautas antirracistas.

Sobre a 8ª Marcha, que aconteceu no dia 25 de julho deste ano de 2023, foi marcada em comemoração ao dia da Mulher Negra na América Latina e Caribe, o Dia de Teresa de Benguela, é um dia de luta, mas também de encontros, memórias e afetos. O tema deste ano foi "Sabenças de Mulheres Negras com Autonomia e Afetos na Amazônia". Esta foi a primeira vez que a Marcha estava passando na comunidade do Jurunas e fomos recebidos muito

calorosamente. A Marcha de Mulheres Negras Amazônidas é um grupo de mulheres que se reúne todos os anos e passa vários meses se reunindo no dia 25 de julho. A inteligência, o conhecimento, a memória, a emoção e a autonomia das mulheres negras da Amazônia estão no centro dos debates sobre transformação social.

### **6.7 Evento do Programa Atlânticas**

Participar de um evento que nem ao menos chegava antes no meu imaginário que podia ser possível para as mulheres negras, quilombolas, indígenas e ciganas, foi um dos momentos mais importantes para minha vida acadêmica. Quando vi nas redes sociais que o lançamento do programa seria na UFPA, eu fiquei bastante empolgada para estar presente nesse momento histórico, pois a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, estaria fazendo o lançamento do Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, no dia 20 de julho às 14 horas, no Centro de Eventos Benedito Nunes Campus da UFPA, muito importante a visibilidade ao legado e memória de Beatriz Nascimento nesse programa, de uma mulher negra, historiadora brasileira, considerada uma intelectual do nosso país, teve sua participação nos estudos sobre a formação dos quilombos no Brasil, isso foi um momento histórico, potente e necessário, me senti representada, fazendo parte dessa conquista no contexto atual científico, que é mais voltado para branquitude.

De acordo com as falas apresentadas no evento, as mulheres negras têm apenas 4,9% das bolsas de doutorado sanduíche, já as mulheres brancas contam com 30,9% das bolsas, ou seja, é uma diferença muito grande e ainda é mais lamentável que não haja percentual de mulheres indígenas com bolsa do CNPq no momento. É bem verdade que ainda temos muito que lutar, para essas questões de apagamentos das mulheres negras, indígenas, quilombolas e ciganas ao longo de nossa história, mas de alguma forma percebemos que estamos avançando quebrando a máquina da invisibilidade.

Desejamos que outras mulheres negras assumam seus papéis de liderança, assim como as memórias de mulheres negras que tiveram um papel importante na luta por justiça social. Foi um encontro memorável neste dia para mim, as lágrimas caíram ao longo do lançamento e das falas das mulheres que estavam presentes, como Márcia Lima ( Secretária de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo) e Anna Venturini (Diretora de Políticas de Ações Afirmativas), entre outras importantes vozes que destacaram a importância desse programa.

Hoje contamos com o apoio da Ministra de Igualdade Racial que nos representa enquanto mulher negra. O meu coração bate forte só de imaginar que esse sonho é meu também eu posso sim realizar esse sonho juntamente com muitas outras mulheres negras, quilombolas, indígenas e ciganas que foram invisibilizadas de muitas formas. Sou grata às Políticas de Ações Afirmativas que estão nos dando essa oportunidade, pois a melhor arma para combater o racismo é o conhecimento, o letramento racial, a oportunidade de inclusão na pesquisa e na ciência.

Portanto, eu já sonho em fazer parte desse espaço, poder fazer um doutorado e poder participar desse projeto que é potente, importante e necessário para nós mulheres negras quilombolas.

### **6.8 Evento Diálogos Amazônicos**

De 04 a 6 de agosto, aconteceu o evento Diálogos Amazônicos que foi um dos eventos mais importantes para a nossa Amazônia, onde reuniu muitas representações, minha participação se deu quando vi que tinham abertas inscrições para quem desejava se inscrever como voluntários de apoio para os Diálogos Amazônicos. Dessa forma, participamos ativamente da criação de um evento de grande magnitude, voltado para elevar as vozes da Amazônia, incluindo as nossas próprias vozes. Foi gratificante testemunhar o comprometimento de todos os envolvidos nesse processo, prestei apoio em alguns desses diálogos, como um que aconteceu na SUDAM com o lançamento do Comitê Popular Cop-40 Marajó.

Esse foi um evento que aconteceu no Hangar, Centro de Convenções em Belém – Pará, um encontro com o objetivo de propor diversas iniciativas e impulsionar várias discussões e estratégias que fossem voltadas para o desenvolvimento da nossa Amazônia. Foi um encontro potente com a participação de diversas entidades e movimentos sociais, centros de pesquisas, instituições acadêmicas, agências do governo do Brasil como também de outras nações e região do nosso Estado.

Promovido pela Secretaria Geral da Presidência da República, o "Diálogos Amazônicos" representa um importante encontro preparatório para a "Cúpula da Amazônia" para discutir questões cruciais relacionadas ao equilíbrio ambiental global na região. Participando neste evento percebi o quanto é importante e fundamental garantir o bem-estar do nosso espaço Amazônico e de futuras gerações, entre elas os nossos povos tradicionais e da floresta que marcaram presença neste importante encontro.

## **7. CAPÍTULO 3: PARA ALÉM DAS COTAS: O ACESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR COMO POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NA UFPA**

A terra é o meu quilombo,  
o meu espaço é o meu quilombo.

Onde eu estou,  
eu estou,

quando estou eu sou

(...) Ó paz infinita, poder fazer elos de ligação numa história fragmentada. África e América e novamente Europa e África. Angola. Jagas. E os povos do Benin de onde veio minha mãe. Eu sou atlântica.”

(Beatriz Nascimento, 1989)

Nesse capítulo, vamos mostrar como se deu o primeiro acesso de negros na UFPA, o início desse acesso às cotas na UFPA e em outras Universidades Federais, a importância de alguns movimentos paraenses e grupos que tiveram suas participações nas ações afirmativas para que tal universidade abrisse as portas para estudantes negros e quilombolas, com objetivo de desfazer lacunas sociais por meio de reparações históricas em que a sociedade, principalmente a população negra, não tinha acesso e nem direito à educação.

Destacamos o acesso e as políticas de cotas sociais para as mulheres negras na UFPA na Amazônia, qual o papel dessas mulheres nesse espaço, no campo científico e dos saberes quilombolas, histórico e social. Quais portas se abrem para quilombolas e indígenas por meio das políticas afirmativas? Como elas configuram esse espaço importante nas universidades sendo que ainda são minorias comparadas às mulheres brancas. Partiremos dessa forma, trazendo alguns recortes, dos marcos políticos que alguns movimentos negros traçaram para o egresso de estudantes negros, quilombolas, nos espaços acadêmico Amazônico.

As mulheres negras quilombolas trazem em sua trajetória de vida lacunas que estão presentes pelos atravessamentos que carregam desde o período colonizador na sua história de vida. Segundo o censo, somos maioria em quantitativo de mulheres negras no Brasil, porém, vivenciamos a exclusão social e os direitos que sempre foram negados, com por exemplo a educação.

Somos mais de um milhão de população quilombola segundo o Censo de (2022). Isso significa que somos 1,3 milhões dessa população quilombola que existe em 1.696 Municípios do país que vem crescendo no Brasil. Dessa forma, a importância dos reconhecimentos de políticas públicas de ações afirmativas se faz necessários para essa população que sempre foram invisibilizada, não tendo direito à inclusão e reconhecimento das diversidades e luta históricas com mais oportunidades nos espaços não ocupados para essa população quilombola (Censo, 2022).

Para marcar a trajetória de luta das mulheres negras quilombolas, para conquistar cidadania e equidade, espaços de seus territórios vida e acadêmicos, nas instituições públicas, programas de ações afirmativas e fortalecimentos para as Comunidades Remanescentes de Quilombos. Partiremos de alguns marcos importantes que foram essenciais para inclusão e fortalecimento dos quilombos, tornando assim não só um símbolo de resistência, mas de ocupação nos espaços acadêmicos.

Bezerra (2019) vem afirmar que os quilombos eram bem-organizados para que tivessem sua liberdade, ele surgiu contra a escravização, abrigando os negros que se posicionaram contra toda forma de opressão, diante disso, os quilombos continuam existindo com a sua cultura negra até os tempos atuais, como símbolo de resistência. Dessa forma, “as mulheres negras quilombolas têm, por falta de uma expressão melhor, a luta e a resistência no sangue” (Bezerra; Silva, 2019, p.113).

Assim, o fim da escravização no Brasil, desde 13 de maio de 1888, deixou mazelas que atravessam a nossa história até os dias atuais, pois não foram pensados projetos de inserção para essa população que ficou imersa nas desigualdades sociais.

Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre as maneiras como o grupo de mulheres mobiliza elementos ligados à raça, à etnia e ao gênero para a elaboração do referente “mulher quilombola” na construção de suas identidades, é importante empreendermos aqui a apreensão do termo quilombo na dinâmica de uma prática discursiva. O termo “quilombo”, ainda hoje, remete à ideia de homens e mulheres negros fugitivos da escravização. Essa concepção está relacionada à formulação do Conselho Ultramarino de 1740, que apresentou a definição quando o Rei de Portugal postulou que Quilombo seria: “[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. As origens de formação dos quilombos localizados no território brasileiro e dentro do território de Minas Gerais, entretanto, são diversas. Foram mediadas por processos variados, tais como fugas e ocupações de terras isoladas, doações de seus antigos donos, heranças, recebimento, compra, dentre outros, tanto durante a vigência da escravidão quanto após sua abolição, em 1888. Até chegarmos às atuais configurações políticas de um quilombo, houve muitos embates e discussões e o conceito adquire novos estatutos de acordo com o contexto em que está inserido. O termo “quilombo”, como categoria em disputa, é interpelado pelas teorias antropológicas que

contribuem para o campo de ressemantizações e ressignificações do termo. Segundo Eliane Cantarino O'dwyer (2002), a categoria quilombo é um objeto simbólico que mobiliza interesses para os diversos sujeitos históricos a partir dos seus contextos. Já Clóvis Moura (1981; 1987) propõe o quilombo atrelado ao conceito de resistência, enfatizando-o como uma forma de organização política. Nessa mesma direção, o antropólogo Alfredo W. B. de Almeida (1998) ressalta a importância de que as terras quilombolas devam ser remetidas à organização territorial e à formalização jurídica das terras de uso comum. (Ferreira; Eiterer; Miranda, 2020, p. 2).

Nesse contexto, estamos diante de vários atravessamentos que as mulheres negras quilombolas passam e vem resistindo até os tempos atuais para que sejam reconhecidas em ambientes que são mais ocupados por mulheres brancas. Poucas mulheres negras, apesar de serem maiorias em nossa sociedade brasileira, chegam a ocupar seus lugares no Ensino Superior e principalmente as mulheres quilombolas.

De acordo com Bezerra e Silva (2019), tanto as mulheres negras quilombolas como as demais mulheres vulneráveis, se organizam com dignidade e isso as tornam conscientes de suas conquistas. Mesmo sabendo de sua exclusão dos espaços por décadas, se mantêm firmes lutando por condições sociais para elas.

Se para a mulher branca e em condições socioeconômicas favoráveis foi difícil conseguir a inserção nos espaços sociais, podemos refletir sobre o quanto foi e é difícil para a mulher negra, e geralmente pobre, adentrar esses espaços. Na nossa sociedade machista e racista, ser mulher e ser negra ao mesmo tempo é quase que um sinônimo para exclusão e preconceito. Por outro lado, se as condições são tão difíceis para a mulher negra, as conquistas que elas obtiveram e continuam obtendo demonstram que não se acomodaram nem se conformaram com a exclusão e com as migalhas que a sociedade reserva para elas. Essa constatação nos permite fazer uma ligação direta com as mulheres negras quilombolas, as quais, inclusive, são ainda mais excluídas por serem “do quilombo” (Bezerra; Silva, 2019, p.113).

A exclusão de acesso ao ensino superior às mulheres quilombolas, podemos entender que está diretamente ligado às condições econômicas, ao seu modo de vida cultural do campo, aos atravessamentos que são encontrados por sua raça, gênero e outras características pessoais. Por exemplo, elas enfrentam ainda mais esse preconceito, impedidas de chegar a esses espaços públicos pelo racismo estrutural nos seus corpos.

Analisando o marco legal, considera-se um largo histórico de luta pela cidadania e igualdade racial, desde a criação do Centro de Estudos e defesa do Negro do Pará (1980) e da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida” (1995). Além disso, destaco a promulgação do Decreto nº 663, de 20 de fevereiro de 1992 que originou uma série de eventos que colocou a temática racial na agenda do governo do Estado do Pará, assim como, a Lei n.º 6.165 de 02 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a legitimação das terras quilombolas e o Decreto n.º 3.572, de 22 de

julho de 1999, regulamentador da Lei n.º 6.165/1998. Em 2000, foi lançado o Programa Raízes (decreto estadual nº 4.054 – 12.05.2000), o decreto federal 4887/2003, o Programa Brasil Quilombola – PBQ (2004), a Agenda Social Quilombola (2008) e a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Pará (decreto estadual nº 261 – 22.11.2011). O Programa Raízes representou uma linha de ação que envolveu a construção de referências para as políticas públicas junto a diversos órgãos estaduais e municipais organizadas em quatro eixos: a) titulação das terras de quilombo; b) apoio a projetos sustentáveis em terras indígenas e quilombolas; c) projetos de valorização da cultura e de capacitação em educação para quilombolas e povos indígenas; e d) infraestrutura física e social. Esse programa recebia as demandas das comunidades quilombolas e encaminhava para os outros órgãos governamentais, de acordo com a competência de cada um, bem como, acompanhar a execução das ações do governo do Pará em áreas remanescentes de quilombo, no período de 2000 a 2006 (Malcher, 2021, p.176).

Em uma sociedade regida pela lógica do capital, a pobreza afeta de modo multidimensional a vida das comunidades quilombolas, em especial das mulheres, jovens, crianças e idosos, ampliando processos de violação de direitos em diversos níveis, catalisando um processo de violência estrutural, mediatizado por relações de opressão por gênero, raça, etnia e classe social (Grossi *et al*, 2019; p. 122 e 123).

Bell Hooks afirma que o aprendizado é algo que aprimora e constrói a autoestima, ou seja, essa é uma transformação que, segundo a autora, deve começar tanto no ensino superior como também nas escolas públicas. Diante disso, “A educação tem o poder de afirmar a autoestima de estudantes negros/de cor quando os educadores são antirracistas em palavras e ações” (Bell Hooks, 2021, p. 138).

### **7.1 Ações afirmativas no Brasil e na Universidade Federal do Pará**

As políticas de ações afirmativas na educação têm como principal objetivo reparar a população menos favorecida e invisibilizada por questões históricas que estão ligadas ao racismo, preconceitos, discriminações entre outras questões, como por exemplo, a falta de uma educação que seja pensada para essa população negra brasileira.

As implementações de ações afirmativas em Universidades Públicas Federais inicialmente que deu acesso aos estudantes negros as políticas de cotas para entrar nas primeiras universidades brasileiras, foram a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual da Bahia(UNEB), no ano de 2003. No ano seguinte, passou a ser adotado por esse processo seletivo, outras Instituições Federais, sendo a Universidade Federal de Brasília (UNB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) que abriram discussões pela mídia

e pela sociedade brasileira para que 50% de estudantes negros tenham suas vagas garantidas nessas universidades públicas (Santos, 2019).

Para o GEAM, um dos mais importantes exemplos a dos de atuação política em âmbito universitário, foi Professores Rita Laura Segato e José Jorge de Carvalho da UnB, que no ano de 1999 apresentaram a primeira proposta de cotas para negros (as) da Universidade, tendo. A atuação e proposta de cotas dos respectivos professores, que no ano de 2003 culminou na aprovação da reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação para estudantes negros(as), tornando a UnB a primeira universidade federal a implantar cotas étnico país, reverberaram positivamente no movimento negro paraense (Navegantes, 2019, p. 92-93).

De acordo com Navegantes (2019), o grupo de Estudos da Amazônia (GEAM), faz lembrar em nível universitário que foi apresentado por dois professores em 1999 de atuação política na UNB, como marco apresentados por eles a primeira proposta para cotas de estudantes negros(as), como base um emblemático caso de racismo ocorrido no Departamento de Antropologia da instituição, intitulado “Caso Ari”. Esse acontecido permitiu a reserva de 20% das vagas para negros dos cursos de graduação feito por proposta individuais de Professores com aprovação em 2003. Dessa forma, foi importante para o Movimento Negro do Pará gerar resposta positivas para adotar as políticas de cotas na instituição paraense.

Nesse contexto, no estado do Pará, no ano de 2004, esse percurso se deu por ações dos movimentos negros paraenses, pela pró-reitora da UFPA, como pela participação de grupos de trabalhos que contribuíram para os acessos às políticas de cotas, com a participação de alguns professores do centro de letras, filosofia, artes, ciências humanas, educação e um técnico-administrativo (Campos, 2016).

Além de outras universidades adotarem o sistema de cotas, a UFPA também passou a adotar as políticas de cotas para estudantes negros, viabilizando dessa forma “Este tipo de ação compensatória que alivia e remedia as condições resultantes de um passado, e cumprem uma finalidade pública da democracia, assegurando a diversidade e a pluralidade social” (Pinheiro, 2015).

De acordo com Silva (2018), o Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM) foi criado em novembro de 2002, com vínculo pela UFPA, em que se propunha estudos relacionados a temas e discussões raciais na Amazônia. Esse grupo tinha o objetivo de combater o racismo de pessoas negras sendo uma de suas primeiras propostas apresentadas por esse coletivo foi às de ações afirmativas de corte étnico-raciais.

De acordo com Navegantes (2019), desde sua criação, em 2002, o GEAM e seus membros iniciaram uma série de ações e diálogos junto à comunidade acadêmica da UFPA,

visando expor um debate que já tinha rendido frutos em outras universidades do país. Dessa forma, foi uma importante estratégia a criação do primeiro NEAB da Amazônia e ferramenta do movimento negro para avançar no debate sobre a democratização do ensino superior no estado do Pará, com o objetivo de desenvolver uma proposta de política de ação afirmativa que levasse em consideração aqueles que historicamente se encontraram nas universidades públicas em que estavam em um ponto de partida mais baixo.

Portanto, para os membros do GEAM, em conjunto com o CEDENPA, a proposta de cotas para a população negra era uma resposta política ao racismo existente na UFPA. Além disto, também foi uma das principais reivindicações do Grupo, que desde o seu surgimento se autodenomina como uma ferramenta do movimento negro em âmbito acadêmico, que tem como objetivo pro por e executar políticas públicas que visem à construção da UFPA como uma universidade antirracista e racialmente plural. Os esforços do Grupo em trazer o debate das cotas para a academia paraense começam a surtir efeito no ano de 2003, tornando se assunto nos departamentos da Universidade, nos meios de comunicação institucionais e até mesmo nos meios populares (Navegantes, 2019, p. 93).

Mesmo com a participação desse grupo ser de suma importância para que a partir disso portas fossem abertas para homens e mulheres negras (os) tivessem acesso às Universidades Federais, não foi tão aceito por aqueles que se denominavam como anticotistas, como Zélia Amador de Deus esclarece a seguir:

Com efeito, volto às políticas de ação afirmativa, particularmente cotas para negros(as) na universidade. A presença negra nas universidades – ao contrário do que pensaram os signatários dos dois manifestos anticotas, diziam que as “cotas iriam acirrar o racismo” – pode se tornar um motor gerador de um dinamismo interno nas academias, capaz de gerar um futuro promissor. Para tanto, é necessário que o mecanismo do sistema de ‘cotas’ para negros nas Instituições de Ensino Superior (IES) atinja o objetivo de aumentar essa presença negra no espaço acadêmico visando a desconstruir o discurso dominante. Sem sombra de dúvidas, essa presença aumentou e isso pode ser mensurado pelo número de coletivos de negros e negras existentes nas universidades federais hoje (De Deus, 2019, p. 89).

De Deus (2019), diz que umas das tarefas que o movimento negro desempenhou foi o de enegrecer o espaço acadêmico para que assim aumentassem mais os estudos de pesquisas com abordagem em temas raciais como uma forma de eliminar a discriminação racial e o racismo pela Lei nº 12.711, que foi aprovada em 29 de agosto de 2012. Seguindo esse raciocínio, De Deus afirma que o movimento negro é astuto porque nessa oportunidade aproveitou o contexto pós-Durban para assim aproveitar todas as brechas que o mecanismo abre para manter o foco que foram criados por e para os brancos. “Aqui, me refiro à Declaração

Universal dos Direitos Humanos, trazendo à tona a criação pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Direito Internacional dos Direitos Humanos” (De Deus, 2019, p. 90).

Nesse contexto, o GEAM e o CEDENPA têm suas participações cruciais e importantes para o acesso e políticas afirmativas na UFPA. Segundo a professora Zélia, diz que a nossa luta é para tirar os negros de sua posição de desvantagem e começar a alcançar um patamar de igualdade com outros grupos que não são vítimas de discriminação. O CEDENPA, representado em entrevista pela professora Zélia Amador de Deus, é descrito como o principal porta-voz do parecer pró-cotas, cujos argumentos dizem respeito à desvantagem histórica acumulada pelos negros em diversos âmbitos da sociedade. Diante disso, essas desvantagens são resquícios da história da escravização e são exacerbadas pelo racismo cotidiano (Navegantes, 2019, p.94).

Pinheiro (2015), nos afirmar que essas políticas são necessárias e importantes para que situações sejam solucionadas, como por exemplo, as desigualdades minimizadas na sociedade, ou seja, é necessário que a pirâmide social que é mais excluída dessa população seja pensada em mais acessos de estudantes negras(os) nas universidades.

Santos (2019), aponta que a população negra tem sua história pautada pela resistência na luta pela desigualdade que é encontrada de forma visível entre as classes sociais e isso é mais acentuado entre as mulheres negras que carregam esse racismo causando vulnerabilidades de forma muito intensa no corpo dessas mulheres. Sendo que o autor destaca que a classe trabalhadora é excluída mesmo com a Lei garantida na Constituição Federal de 1888 que está no Art. 2053.

Em nosso contexto histórico, as mulheres negras, sempre foram marcadas pela falta de políticas afirmativas que muito pouco foram pensadas na inclusão delas, foi necessário diante dessa problemáticas que os movimentos de mulheres negras com o passar dos tempos se fortalecesse com relação às elaborações de políticas afirmativas e pelas exigências feitas para essas mulheres para que tivessem acesso à cidadania e por inúmeros direitos pelos quais lutavam e lutam até os tempos atuais.

A UFPA, depois de outras universidades adotarem o acesso de negros nas Instituições Federais também se fez pioneira adotando as reservas para as políticas de ações afirmativas para mulheres negras, desde 2008, como os apontamentos nos mostram a seguir:

A UFPA é pioneira na adoção de um sistema de reserva de vagas. Desde o PS 2008, metade das oportunidades de ingresso no processo seletivo da Instituição é reservada especificamente para quem estudou todo o ensino médio na rede pública de ensino (Cota Escola) e, desde o começo, a Universidade já previa vagas específicas para quem, além de estudar na rede pública, também fosse negro(a) (Cota Racial, hoje, Cota Pretos, Pardos e Indígenas - PPI). Com o tempo, foi adicionada ao sistema a

reserva de vagas para estudantes de famílias cuja renda per capita é de até 1,5 salário-mínimo (Cota Renda) e para Pessoas com Deficiência (Cota PcD). O sistema se consolidou em 2012, com a promulgação da Lei n. 12.711, conhecida como Lei de Cotas e, posteriormente, com a Lei 13.409/2016, que estabeleceu a Cota para PcD. Desde o PS 2019, a UFPA também oferta uma vaga extra em todos os cursos de graduação regulares para Pessoas com Deficiência (PcD). Para concorrer a essas vagas, basta ser comprovadamente PcD, podendo ter estudado em escola pública ou privada. Quem é PcD e estudou todo o ensino médio em escola pública pode concorrer tanto às vagas extras da Cota PcD/UFPA quanto às vagas da Cota PcD previstas em lei. Cada “tipo de cota” possui regras e especificidades descritas de forma detalhada no edital de seleção. Para concorrer às vagas do Sistema de Cotas, é importante que o(a) candidato(a) entenda o que significa seu perfil de inscrição e quantas vagas está disputando. No PS 2021, já no ato de inscrição, o (a) estudante selecionará o(s) grupo(s) de cotas de que possui perfil para concorrer às vagas. No formulário de inscrição, há uma série de perguntas de múltipla escolha, que buscam ajudar os(as) estudantes a compreenderem se realmente têm direito a se candidatar ao Sistema de Cotas.

“A intenção é que o sistema automaticamente oriente os(as) candidatos(as) sobre seu perfil e sobre o tipo de cota a que ele(a) tem direito para que a disputa por vagas aconteça conforme a legislação vigente e as normas estabelecidas pela UFPA. As respostas devem ser reais, pois, no momento da habilitação, os(as) candidatos(as) classificados(as) precisarão comprovar as condições e o perfil declarados na inscrição”, orienta o professor Edmar Costa, pró-reitor de Ensino de Graduação da UFPA. **Como saber a quantas vagas eu concorro?** - Quem estudou todo o ensino médio na rede privada, sem bolsa integral e não é PcD, concorrerá apenas às vagas de Ampla Concorrência (Grupo A). Já quem possui perfil para disputar também as vagas reservadas pelo Sistema de Cotas precisa identificar o seu perfil e verificar os grupos de vagas a que concorrerá. Na página 5 do edital do PS 2021, há um quadro descritivo dos dez possíveis perfis de candidatos(as) e dos grupos de vagas a que cada perfil concorre. Um(a) estudante, por exemplo, que cursou todo o ensino médio em escola pública, possui renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo e é negro (preto ou pardo) ou indígena concorrerá às vagas reservadas para cada perfil de cota a que tem direito: Ampla Concorrência (Grupo A), Cota Escola (Grupo B), Cota Escola/Renda (Grupo C), Cota Escola/PPI (Grupo D) e Cota Escola/Renda/PPI (Grupo E), ou seja, o(a) estudante com esse perfil concorrerá à soma das vagas de cada grupo de vagas ofertadas no curso escolhido. No anexo 2 do edital, estão detalhadas as quantidades de vagas distribuídas para cada grupo. Conforme o perfil, o(a) candidato(a) concorrerá à soma das vagas dos grupos a que tem direito. “Um dos equívocos mais recorrentes é o caso de estudantes que podem se inscrever pelo Sistema de Cotas e que se inscrevem para disputar apenas as vagas da “Ampla Concorrência”, porque equivalem a 50% das vagas do curso. Na verdade, um(a) estudante com perfil para o Sistema de Cotas sempre concorrerá às vagas de “Ampla Concorrência”, assim como também concorrerá às vagas reservadas para cada grupo de cotas”, esclarece Edmar Costa. “Na dúvida, o que cada estudante deve fazer é responder honestamente qual o seu perfil e entender que qualquer cota a que tenha direito deve ser solicitada, porque aumentam suas condições de aprovação, já que disputa mais vagas”, aconselha (UFPA, 2021).

Dessa forma, as políticas afirmativas na UFPA têm seu protagonismo e articulações como as demais instituições pautadas pelos movimentos sociais, CEDENPA, pelos grupos de

estudos que marcaram suas participações para assim ser adotados essas conquistas para os estudantes negros.

Os anos 80, se deu pela trajetória de lutas e pôr um passo importante com as mulheres, pois elas passaram a ocupar alguns espaços públicos, como no mercado de trabalho e na educação, essa conquista se deu através dos movimentos sociais daquela época (Pereira, 2018).

Diante disso, destacamos uma das conquistas que foi importante para as mulheres negras e que deu visibilidade para a disciplina de História e da Cultura Negra, se deu pela implementação da Lei 10.639/03, possibilitando um currículo para a educação na rede de ensino como essencial para pensarmos sobre temas que possam ser importantes para uma educação antirracistas.

Essa Lei, de acordo com Miskolci e Pereira (2019), marcou na educação uma disciplina obrigatória que retrata o ensino de história e da cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio nas escolas públicas e particulares. Os anos seguintes foram se adequando às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com a cultura Afro-Brasileira Africana e pela educação sobre as Relações Étnico-raciais, pelo Plano de Educação que foi lançado em 2009.

Nesse contexto, entretanto, essa lei ainda está ausente na maioria das escolas que deveriam adotar um ensino que contribuam contra essas práticas racistas presente nesses locais, com maiores representatividade nesses espaços, podemos ver que se faz necessário que esse ensino seja cobrado.

De acordo com Pereira (2016), vem afirmar que as políticas sociais são dadas por medidas do progresso das implementações que o governo deve gerar para as populações, pelos direitos que sejam supridos aos cidadãos em suas demandas e necessidades coletivas. Entretanto, as relações de poder dividem essas classes que estão relacionadas às desigualdades na sociedade ou pela insegurança no trabalho.

A educação voltada para as relações étnico-raciais requer que sejam pensadas ações que buscam propiciar subsídios que visem o fortalecimento da Educação Básica e a promoção do debate sobre a importância da cultura negra, indígena e quilombola e os impactos desta na construção da historiografia brasileira à luz da lei nº 10.639/2003, lei nº 11.645/2008 e Resolução 08/2012 – CNE/CEB. Foi a alteração do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e seus aportes legais que tornou valorativo algo que deveria ser naturalmente trabalhado nas escolas. Porém, na prática, muitos gestores, políticos, reitores e pró-reitores, há décadas, ignoram a história e a realidade dos territórios quilombolas e como consequência, o fosso aumenta, apesar da crescente organização dos quilombos em associações, em movimentos, em grupos, em federações, e em suas representações por dentro das instituições públicas (Malcher, 2021, p. 171).

De acordo com Beltrão e Cunha (2011), afirma que o acesso de grupos vulnerabilizados ao ensino superior através das ações afirmativas nos permite entender o acesso ao ambiente acadêmico, entre outros espaços e como tem impactado a academia e diversos âmbitos da sociedade. Dessa forma, as instituições devem ser pensadas para essa população e não somente na branquitude.

O conhecimento proporcionado pela formação superior traz benefícios para quem dele pode dispor. No atual contexto de transformações políticas e sociais, não parece coerente manter o ingresso à universidade restrito a determinados grupos que, historicamente, tiveram maior oportunidade de se preparar para enfrentar os processos de seleção às universidades, supostamente elaborados para aferir mérito dos candidatos. É “consenso social”, até o presente, utilizar o mérito como método de seleção às vagas da academia, por ser considerado o critério de admissão mais adequado, pois premiaria a inteligência. Acontece que o desempenho do estudante é influenciado pelas oportunidades oferecidas durante a trajetória escolar (diretamente relacionada às condições socioeconômicas da família, as políticas públicas promovidas pelo Estado, entre outros fatores), portanto, até mesmo o “ser inteligente” é construído socialmente. De forma que o mérito torna-se padrão de comparação problemático, pois os privilégios estão distribuídos desigualmente entre as classes sociais e independem do potencial e do conhecimento dos estudantes. É nessa conjuntura que as ações afirmativas devem ser pensadas como políticas válidas e necessárias. Contudo, estudar a temática das políticas afirmativas por si só é um desafio, e quando estão entrelaçadas com a questão do acesso à educação, acentuam-se, ainda mais, as divergências, fato que requer cuidados redobrados ao se tratar do tema (Beltrão; Cunha, 2011, p. 16).

Ainda de acordo com Beltrão e Cunha (2011), afirmam que são necessários três importantes apontamentos para ser pensada e consideradas como ações afirmativas para os estudantes negros que são: (1) a importância social das universidades nos últimos anos devido ao caráter transformador da educação; (2) a autenticidade institucional das faculdades por direitos, diante das reivindicações raciais e de grupos raciais; e (3) as políticas de ações afirmativas consideradas legítimas no processo seletivo:

“No processo de modificação da postura do estado brasileiro para contemplar a diversidade cultural estão inseridas ações referentes à saúde, ao saneamento, à segurança, à educação e, em especial, às políticas afirmativas de acesso à educação universitária” (Beltrão; Cunha, 2011, p.19).

Ainda de acordo com as autoras, apesar dos debates serem sempre apresentados, a UFPA tem contribuído para a promoção das ações afirmativas na Instituição.

No ambiente de sala de aula, tenho ouvido grupos de estudantes me dizerem que o racismo não molda mais os contornos de nossa vida, que não existem mais coisas como diferença racial, que “somos todos apenas pessoas”. Então, poucos minutos

depois, proponho a eles um exercício. Pergunto: se estivessem prestes a morrer e pudessem escolher voltar à vida como um homem branco, uma mulher branca, uma mulher negra ou um homem negro, qual identidade escolheriam? Toda vez que faço esse exercício, a maioria, independentemente de gênero e raça, sempre escolhe a branquitude e, em geral, a masculinidade branca. Mulheres negras são as menos escolhidas. (Hooks, 2021, p. 67).

Uma reflexão feita por Hooks (2021), se refere a sala de aula, que testava com seus alunos, propondo um exercício em que eles pudessem pensar sobre a morte, caso eles soubessem que iriam morrer e tivessem que fazer uma escolha, se gostariam de voltar no corpo como uma mulher negra, ou branca, um homem negro ou branco. Segundo a autora, todas as vezes que fez essa atividade, sempre tem a mesma resposta, que a maioria responde desejar vir com a branquitude, isso independente do gênero e da raça.

Dessa forma, a autora diz que: “No ambiente de sala de aula, tenho ouvido grupos de estudantes me dizerem que o racismo não molda mais os contornos de nossa vida, que não existem mais coisas como diferença racial, que “somos todos apenas pessoas” (Hooks, 2021, p.67).

As ações afirmativas que estudantes cotistas nas Universidades Federais tiveram que se adequar foram travadas por muita luta e estratégias dos movimentos sociais para que homens e mulheres negras fossem protagonistas de um universo acadêmico plural que forma profissionais que garanta direitos humanos em suas trajetórias que ajudaram a moldar o nosso futuro em uma país desigual. As cotas para as mulheres negras quilombolas é a maior política pública de reparação da história de igualdade racial.

A Política Nacional para as Mulheres tem um papel importante na sociedade pois visa estabelecer pautas fundamentais para garantia de direitos iguais entre gêneros, com os seguintes pontos: equidade, autonomia das mulheres, universalidade das políticas públicas, transparência dos atos públicos, participação no controle social entre outros pontos fundamentais em que as mulheres necessitam para sua trajetória de vida.

## **7.2 Permanência de mulheres negras quilombolas no Ensino superior: As cotas abrem portas?**

Sabemos da importância de uma mulher negra quilombola ocupar seu espaço na sociedade, no mercado de trabalho, nos espaços acadêmicos entre outros. Entretanto, a permanência desses estudantes no ensino superior, espaço que muitas das vezes não garante a permanência para que os estudantes consigam chegar até a conclusão de seus cursos por conta

dos enfrentamentos nesses ambientes acadêmicos, quando eles chegam nesse espaço. Outros fatores que fazem muitos desses estudantes não permanecerem no espaço acadêmico são os problemas sociais, culturais, econômicos entre muitas outras situações enfrentadas ali.

As mulheres negras quilombolas quando tem a oportunidade de entrar nesse espaço com bastante expectativa, de encontrar um lugar acolhedor, que seja pensado também para elas, pois trazemos nossa cultura, nossos costumes e modo de vida. Dessa forma, quando isso não é encontrado nesse espaço há angústia e sofrimento, pois vivenciamos um ambiente que é totalmente estranho a nossa realidade.

A bolsa permanência tem ajudado muitos estudantes a se manterem e permanecerem custeando economicamente suas demandas para permanecer estudando nas instituições públicas federais, esse programa do MEC, auxilia mensalmente durante os anos dos estudantes nas Universidades Públicas e Federais voltados apenas para os alunos que entram nas universidades por meio das ações afirmativas que são os alunos (as) quilombolas e indígenas que estão em situação de vulnerabilidades.

De acordo com o autor a seguir:

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está fundamentado na Legislação (Decreto nº 7.234/2010), tendo como finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal. Com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o programa busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação (Pinheiro, 2014, p. 2).

Dessa forma, essa iniciativa tem como objetivo o apoio financeiro e fortalecer a educação desses estudantes, garantindo o acesso e permanência para esse grupo étnico, pois muitos não conseguem finalizar suas carreiras acadêmicas geralmente pelo enfrentamento e desafios econômicos.

De acordo com Abreu e Ximenes (2020):

Estas questões trazem como cenário um meio acadêmico elitista, europeizado, monocultura, que não favorece o reconhecimento de outros saberes e modos de ser juvenis. Coloca-se a necessidade de reformulação curricular, ressignificação da formação docente para novos fazeres-saberes pedagógicos, mas, sobretudo, a construção de uma cultura de respeito e reconhecimento à diversidade, inclusiva e intercultural. Nesse contexto, o ambiente acadêmico precisa de mudanças significativas que promovam o reconhecimento e a adversidades que seja mais inclusiva valorizando as diferenças culturais no ambiente acadêmico (Abreu e Ximenes, 2020, p.25).

Conforme argumentado por Abreu e Ximenes (2020), ao analisarmos as políticas educacionais ao longo do tempo, fica evidente a exclusão de grupos que historicamente foram privados de seus direitos sociais e educacionais, incluindo o acesso ao ensino superior. Dessa forma, é fundamental examinar de perto a questão da continuidade dos estudos na educação superior pública no Brasil, uma vez que isso nos leva a refletir sobre as profundas desigualdades que persistem em nossa sociedade, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

Isso claramente se reflete na experiência dos estudantes negros, quilombolas e indígenas que enfrentam desafios significativos para manter-se nas universidades públicas. Essas dificuldades estão relacionadas a questões como deslocamento geográfico e suas condições sociais, que muitas vezes são desfavoráveis quando se encontram em um ambiente universitário.

## 8. CAPÍTULO 4: EMPODERAMENTO FEMININO: SUBJETIVIDADE E PERTENCIMENTO DA MULHER NEGRA NA UNIVERSIDADE

"Ninguém se empodera  
individualmente  
se o grupo não estiver empoderado"  
(Joyce Berth)

Nesse capítulo vamos historicizar a trajetória de mulheres negras na universidade como potência do empoderamento feminino, sua identidade e pertencimento nesse espaço acadêmico. Dessa forma trataremos o conceito de empoderamento feminino das mulheres negras na universidade, porém entendemos que precisamos compreender esse termo que tem grande importância para nós mulheres negras que acessamos o Ensino Superior Público. Portanto, o que trataremos aqui será um recorte sobre o empoderamento para as mulheres negras na universidade sobre o olhar da autora Joyce Beth que escreveu o livro “O que é Empoderamento” entre outros autores, para pensarmos sobre esse poder que muitos corpos têm e outros não.

A escritora, Joyce Beth, traz por meio dessa obra algumas reflexões sobre a teoria do empoderamento e discussões de alguns teóricos que são especialistas nesse tema, com olhares desses autores em conscientização, problematizando criticamente, transformando na prática, algo contestador e revolucionário (Beth, 2019; p. 13).

De acordo com o dicionário americano *Merriam-Webster* “o significado ao pé da letra de *empower* é dar poder ou habilidade a algo ou a alguém” já no Brasil esse termo de “empoderamento” é um “neologismo” dando sentido a uma palavra que já existe (Beth, 2019, p.23). Dessa forma, esse é um conceito que muitos acadêmicos, entre outros, têm buscado em dicionários ou sites para a compreensão dela, no que tange essa discussão a autora trata da seguinte questão em que esse poder está especificando sobre o termo empoderamento, com por exemplo, quem dá esse poder. Para a autora, “quando falamos em empoderamento, sobretudo nos dias de hoje, concluímos que estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido, o que se deve em grande parte ao debate acrítico sobre o tema” (Beth, 2019, p.24).

A autora apresenta sua obra através de reflexões sobre o olhar de alguns teóricos que estudam essa temática. “São pensadores que entendem empoderamento como a aliança entre

conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência”. (Beth, 2019; p.13).

Como é possível observar nessa breve contextualização, são muitas as definições e literaturas que falam sobre empoderamento, mas podemos destacar os principais pontos de confluência: 1. há a discussão semântica, por se tratar de um neologismo e tradução de empowerment, do inglês, e há autores que creditam a Paulo Freire essa criação; 2. a diferença entre a definição de Rappaport e Freire. Se, para o primeiro, empoderamento é viabilizar instrumentos para que os grupos oprimidos possam ser fortalecidos, para Freire, os próprios grupos oprimidos devem empoderar a si mesmos, desconfiando da docilidade das classes dominantes e das estruturas de poder; 3. a influência do pensamento de Barbara Bry antSolomon, com o objetivo de pensar empoderamento como metodologia para profissionais do serviço social, e de Paulo Freire, com seus trabalhos nas teorias sobre Empoderamento e Conscientização Crítica de indivíduos, leva a crer que é possível que os mesmos desenvolvam sozinhos habilidades adormecidas pela atuação no meio em que vivem; 4. Empoderamento como teoria está estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão, e visa principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual. Solomon pensou empoderamento aplicado aos profissionais do serviço social e comunidades oprimidas. A Teoria do Empoderamento, na concepção de Freire, vem da Teoria da Conscientização Crítica; 5. para fins de síntese, é importante destacar a definição da professora feminista norte-americana Nelly Stromquist: O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (Beth, 201, p.32).

Dessa forma, também procuramos pelo dicionário Aurélio sobre o que significa empoderamento, e segundo ele diz ser “1- Ato ou efeito de empoderar ou empodera-se. 2- Dar ou adquirir poder ou mais poder”, como esse termo tem várias definições, vale atentarmos segundo o que a autora diz. De acordo com a explicação de Beth (2019), o empoderamento não tem o objetivo de fazer justiça através das forças visando que um grupo seja mais poderoso que o outro, mas a questão é mostrar a desigualdade que um grupo tem diante do outro, sendo assim, esse conceito busca se posicionar por meio das situações injustas na sociedade.

Sendo assim, o que a autora se refere sobre olhares de outros teóricos como Salomon é que:

O empoderamento refere-se a princípios, como a capacidade de indivíduos e grupos agirem para garantir seu próprio bem-estar ou seu direito de participar da tomada de decisões que lhes dizem respeito, que orientaram pesquisa e intervenção social entre populações pobres e marginalizadas por várias décadas nos Estados Unidos (Simon,

1994). Não até a década de 1970, e especialmente em 1976, com a publicação de *Black Empowerment: Social Work in Oppressed Communities* por Barbara Solomon, no entanto, o termo formalmente entrou em uso por provedores de serviços sociais e pesquisadores (Beth, 2019, p.27).

Através dos estudos feitos pela autora, entendemos que esse conceito não deva estar atrelado somente aos padrões de beleza como muitos chegam a essa compreensão, o que a autora traz em seu livro é de um conceito essencialmente político, onde dá abertura para as lutas sociais e também de conscientização para as pessoas negras, Indígenas, LGBTQIA+, ou seja, de grupos que são oprimidos como a classe mais baixa da sociedade que não tem esse poder social.

A trajetória de mulheres negras no ensino superior se deu diante de muitos avanços que ocorreram na história do Brasil, para que o quadro de desigualdades sociais e atuais de estudantes negras fossem mais visibilizadas na carreira acadêmica, mesmo ainda precisando de avanços para que possamos olhar e ver que fazem parte de uma realidade que é bastante invisível na sociedade, há avanços se olharmos para o período em que o papel da mulher estava ligado apenas aos serviços subalternos ou como a dona do lar.

Assim, a desigualdade educacional no ensino superior preocupa os especialistas que estudam sobre essa temática e, mais ainda, os que estudam ações voltadas para a permissão de acesso a esse nível de ensino para grupos historicamente excluídos desses espaços (Marconde *et al.*, 2013).

O eurocentrismo que ainda é presente nesses espaços atrelados ao racismo, dessa forma, ainda é minoria as mulheres negras terem acesso ao ensino superior, isso não está relacionado muitas vezes pelo motivo de sua cor, porém, muitas mulheres passam por situações econômicas que fazem com que elas não cheguem às universidades.

A figura feminina na sociedade está atrelada a um dos movimentos de engajamento e lutas em que as mulheres negras têm buscado para que grupos inferiorizados como a população negra sejam aceitas, no ensino superior, por cargos de chefias, por empoderamento econômico, político, por uma carreira acadêmica de formação na educação e por igualdade de oportunidades.

De acordo com Bezerra (2019), a educação foi historicamente voltada para alguns determinados grupos sociais e, ainda, mesmo as mulheres negras estando nesses grupos, eram excluídas desses espaços. O primeiro tipo de exclusão dessas mulheres tem a ver com questões de gênero, onde as mulheres são excluídas da educação por serem mulheres. Tais ideias podem parecer absurdas nos tempos modernos, mas a verdade é que a ideia de inferioridade feminina

ainda faz parte da mentalidade brasileira. No entanto, este não é um fenômeno recente, pois falar da presença de mulheres negras na educação nos faz pensar nas múltiplas exclusões que elas sofreram ao longo dos séculos.

Claramente as mulheres brancas acessam a educação superior em maior número do que as mulheres negras. As razões para o acesso desigual das mulheres ao ensino superior são múltiplas, tanto relacionadas com questões rigorosas, com o processo de ingresso nas instituições de ensino superior, como por exemplo, ideias tradicionais partilhadas pelo senso comum sobre os papéis sociais que homens e mulheres devem desempenhar (Marconde, 2013).

Se observa que mulheres negras estão aos poucos ocupando os espaços no ensino superior, entretanto como vem explicar o autor ainda é bastante desigual para esse grupo.

Atualmente a nossa realidade é diferente. A presença dessas mulheres pode ser observada em diferentes campos sociais, como na educação, no mercado de trabalho, na política, ou seja, em todos os lugares onde a mulher branca se encontra. No entanto, devemos ressaltar que existe uma grande diferença entre o número de mulheres brancas e o de mulheres negras em todas as esferas sociais. Isso quer dizer que as negras aparecem em menor porcentagem, haja vista que a nossa sociedade é mais racista do que machista. Desse modo, a aceitação da mulher negra é menor se comparada à da mulher branca, o que tem dificultado a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e na política, por exemplo, e o bom atendimento em muitos espaços sociais (Bezerra, 2019, p. 111).

Nesse contexto, a autora cita um dos nomes mais importantes para a educação e que foi premiado mundialmente por seu árduo trabalho que desenvolveu e inspirou a teoria de empoderamento, Paulo Freire. “O educador é da tradição de pensadores e pensadoras que refletem a partir da realidade concreta, concebendo, assim, a Teoria da Conscientização como prática para a libertação e de estratégias de atuação de grupos oprimidos” (Beth, 2019, p.28).

Quando se fala sobre empoderamento é justamente para propor que sejam realizadas ações que possam minimizar as opressões das populações menos favorecidas, ou seja, os povos mais vulneráveis que sofrem com a pobreza e pela exclusão social, são eles, os povos originários entre outros na sociedade. Também é necessário fazer discussões sobre poder e os privilégios de alguns, por exemplo, diante dos outros, pensar como Freire na educação como um ato político, por isso diante das seguintes reflexões, podemos pensar, quem é maioria nas universidades.

Segundo a autora, esse poder precisa ser coletivo, não individual, mas também depende de uma ação individual, ou seja, o indivíduo se empodera na medida em que ele se conscientiza reconhecendo qual o papel dele no espaço em que ele deseja ocupar, ou aquele que ele já

ocupou, quando nós mulheres negras entramos no ensino superior, devemos entender qual é o nosso papel naquele espaço.

Outra pauta importante para nós mulheres negras é: Como podemos avançar? Como reconhecer nossos direitos que sempre foram negados? Como ajudar outras mulheres ou coletivo para que também se movimentam no engajamento de luta por nossos direitos e permanência na universidade? Como conquistar nossa permanência e mais espaços a partir daí? Segundo apontamentos da autora, ela compreende o empoderamento sob a ótica de outras mulheres:

Nesse sentido, vale citar a intelectual indiana Batliwala, em “Conceituando ‘empoderamento’ na perspectiva feminista”, de Cecília M. B. Sardenberg: O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (Beth, 2019, p. 19-20).

Diante desse conceito, eis a seguinte inquietação: Qual é a população que tem mais poder na sociedade, mercado de trabalho, nas universidades públicas e privadas, cargo de chefias? A autora Joyce, destaca através de Hannah Arendt (2019), que o poder tem que ser coletivo, ela fala de grupos que não têm acesso a esses direitos. Partindo desse pressuposto, podemos pensar então: Qual é mesmo o nosso papel como estudantes, negras(as) e negros(os) e quilombolas na universidade?

Diante disso, se faz necessária à nossa luta dentro das instituições quando acessamos as políticas de cotas e não somos reconhecidos pelos nossos direitos dentro dela, garantir através dos nossos movimentos o empoderamento do que nos trouxe para dentro desses espaços. “Sendo assim, se faz necessária a análise de Patrícia Hill Collins, que remete ao processo de empoderamento muito mais como um movimento de resposta interna ao estímulo externo do que o contrário” (Beth, 2019; p. 20).

Entrar no ensino superior é para todos? A resposta de imediato é não, porque ainda é visível ver quem é maioria nas instituições acadêmicas, sabemos por exemplo, que não é a população negra, porém, caminhos foram traçados para que estudantes quilombolas, indígenas, portadores com deficiências tivessem acesso ao ensino superior, isso porque os movimentos de

luta abriram esses espaços, para que o acesso dessas populações mais prejudicadas, fosse incluída através das cotas nas instituições públicas e federais.

Quando alunos(as) negros(as) quilombolas chegam na universidade trazemos um pouco da nossa cultura que muitas das vezes pode incomodar aqueles que não compreendem as nossas linguagens, nossos costumes, nossa arte e nossas tradições religiosas, isso não é uma tarefa fácil, quando chegamos não encontramos o reconhecimento que desejamos, isso faz com que não nos identificamos com a cara da universidade mesmo que ela seja plural e diversa.

Desse modo, por exemplo, mesmo com a diversidade ali dentro de corpos negros, indígenas, LGBTQIA+ entre outros que encontramos nela, os nossos passos dentro desses espaços ainda são tímidos porque o que achamos é de uma categoria elitista e branca dentro do curso de psicologia que, por exemplo, não conseguimos nos espelhar na maioria que carrega na cor, nos traços, nos cabelos a maior atenção e reconhecimento pela sua cor de pele.

Diante desse contexto, a minha experiência ao chegar nesse espaço acadêmico, em me aceitar me reconhecer enquanto mulher negra, foi bem gradual, aos poucos e com o tempo, primeiro eu comecei entender sobre a aceitação do meu cabelo e o meu papel na universidade, foi a partir daí que passei a desejar a me reconhecer enquanto uma mulher negra, foi importante também a observação de outras mulheres que via circulando na universidade com os seus cabelos afros, o qual passei a admirar, me inspirar me permitindo ser eu de verdade.

Cheguei à universidade com o cabelo alisado que já pendurava muitos anos, com esse padrão de beleza, passei a entender a partir dali que tudo era para eu ser reconhecida no meio social, foi então que com muita coragem, um dia chego em casa, eu mesma passo a tesoura no meu cabelo, tirando todo o alisamento das químicas e começo a minha transição não só no cabelo, mas no meu entendimento também.

Lembro que causei algumas impressões quando me viam de repente chegando com um novo visual naquele espaço, agora com os cabelos curtos e natural, causei alguns espantos para muitos que me olhavam com um olhar de curiosidade, ou sei lá, e tive perguntas tipo: O que me levou a fazer aquilo? Recebi alguns elogios daqueles que já tinham algum contato próximo comigo, outros apenas me olhavam com estranheza, mas tudo bem, até eu me senti estranha no começo, porém logo me aceitei com a minha verdadeira identidade, de uma mulher negra quilombola, como um ato de resistência, agora sim, estava me reafirmando com os meus cabelos afros.

Para Souza (2018), quando assumimos nossa identidade através dos nossos cabelos é para falar de nós mesma, como mulheres negras frente ao racismo e sexismo:

É preciso, desse modo, pontuar que não consideramos a resistência como algo extraordinário, mas sim como um aspecto constitutivo da identidade dessas mulheres, pois, ao (re)assumirem os cabelos naturais, estão resistindo ao racismo e ao sexismo, bem como às suas práticas discursivas, das quais sempre foram vítimas. Essa forma de se relacionarem com seus próprios corpos, além de funcionar como um mecanismo de resistência, tem a ver com a ressignificação estética de certos elementos que constituem a própria identidade negra. Sob esse aspecto, o resgate dos cabelos naturais (sejam crespos ou cacheados), antes ocultados por processos de alisamento, é uma das atitudes que proporciona a essas mulheres falarem de si como negras, ademais de possibilitar-lhes adentrar o universo de sentido da beleza, no caso, a construção do estatuto da beleza negra (Souza, 2018, p. 35).

Diante desse ponto de vista da autora, deixar as mulheres negras o natural dos seus cabelos, sem precisar que passe pelo processo de alisamento, é uma atitude de aceitação abrindo espaço para sua própria beleza natural. Exemplo, elas se permitem resistir ao sexismo e racismo pelos discursos que sempre encontraram na sociedade em que foram vítimas. Ou seja, a sociedade em que estamos inseridos, tem um grande impacto de exercer seu papel através de normas e padrões que devem ser seguidos, desse modo de vida, principalmente pelo corpo branco em que os padrões de beleza influenciaram consideravelmente na autoestima das mulheres negras, fazendo com que essa mulher não seja aceita por seu padrão natural.

Nesse contexto, para as mulheres negras, os efeitos da exclusão interna e externa se manifestam em palavras e ações, em muitos casos, foram a tomada de decisões na luta contra o racismo. Ainda hoje, enfrentamos a resistência das práticas racistas que insistem em enfatizar a superioridade da fisicalidade branca e a consolidação dos privilégios que a conferem. Entretanto, a autora destaca esses efeitos mesmo que esse processo seja discutido há décadas e tenha ganhado força e popularidade nos últimos anos com inúmeros movimentos políticos e sociais dedicados ao fortalecimento e valorização das identidades negras (De Jesus, 2019).

Desse modo, a não aceitação na sociedade com esse padrão natural das mulheres negra faz com elas desde a infância comecem a transformação nos cabelos e em outras formas de pensar, a desejarem ser aceita, isso faz com que as mudanças de cabelo e do corpo sejam colocadas parecidas com os das mulheres brancas para que sejam assim aceitas, fazendo com que a sua autoestima esteja a prova a todo o momento.

De acordo com De Jesus (2019), a mudança dos cabelos crespos continua sendo uma questão de consideração porque, apesar de décadas de resistência e tentativas de redefinir os valores negativos atribuídos a ele, continua sendo uma fonte produtiva de exclusão das imagens de pessoas negras.

Ainda de acordo com a autora, os cuidados ou resgate dos cabelos afros não é a única forma de avaliar as características fenotípicas dos cabelos de pessoas negras, ou seja, a

obrigatoriedade de modificá-los para tentar se aproximar da imagem da branquitude é um grande problema, pois a transformação nesse sentido é impulsionada pelo desejo de cumprir um modelo normativo de pessoas brancas, e não pelo desejo de um indivíduo de não ter ideias racistas sobre a próprio corpo. A autora ressalta, portanto, as buscas por determinado tipo de cabelo são pautadas por imagens negativas e vivências de preconceito e discriminação associadas às feições negras, a busca torna-se mais uma ferramenta desvalorizada dessa identidade do sujeito negro (De Jesus, 2019)

Lembro que desde a infância eu já não valorizava e não gostava dos meus cabelos e eles me incomodavam, não aceitava, tanto que gostava de brincar colocando panos neles porque queria que meus cabelos se balancear como os cabelos lisos das mulheres brancas, como isso não era possível, adotava minhas brincadeiras com os panos ou toalhas para sentir o balanço.

Diante disso, “As crianças negras, no Brasil, sofrem, ainda, com a produção e reprodução de um modelo eurocêntrico, enraizado a partir do processo histórico de escravidão e suas atualizações” De acordo com que a autora aponta, essa desvalorização se dá na infância por conta da branquitude (Marilda *et al.*, 2015, p. 596).

A branquitude tem do seu lado sempre um sistema que vai privilegiar e aceitá-la por sua cor, enquanto o negro busca essa aceitação e direitos desde cedo, seja no seu corpo ou cabelo, nos espaços que procura ocupar e mesmo quando conquistam um lugar em sua trajetória de luta, ainda assim encontra toda forma de racismo e preconceito, isso também acontece na infância e perdura por toda a vida.

Para mim não foi fácil assumir o meu cabelo natural, mas durante os meus passos na universidade e só então a partir da caminhada acadêmica percebi por meio de outras mulheres o quanto o nosso cabelo afro carrega nossa história ancestral, carrega uma beleza singular, nosso símbolo de resistência, nossa cultura como ferramenta política e de luta. O empodera-se através do que faz enxergar nossa estética como beleza, pois somos o que somos e nosso cabelo é representatividade de nossa força, somos descendentes de realeza africana e não de escravo.

Para Souza (2018), explica da seguinte maneira que:

Quando falamos da “boa aparência” como uma categoria que legitima o racismo, é porque entendemos que, de alguma maneira, esta se associa ao racismo estrutural, ou seja, às bases do funcionamento da própria sociedade brasileira. Em consequência disso, os sentidos relacionados com essa categoria naturalizam essa exigência estética para que se possa exercer certas atividades. Toda essa dinâmica colabora para reafirmar o lugar de subalternidade em que o negro foi colocado dentro da narrativa oficial. Além disso, o privilégio da branquitude é assegurado e atualizado por meio da continuidade de certas estruturas, de modo que o negro, sobretudo a mulher negra, permaneça em seus “devidos lugares”. Esse ideal da “boa aparência” faz com que o

território da beleza não se encontre entre esses “devidos lugares”. Diante disso, a recriação de um estatuto de beleza, por meio do qual essa mulher ressignifica a própria aparência e inaugura uma nova relação de afeto consigo mesma, é em si uma prática contra hegemônica, já que através desse gesto elabora-se uma forma de (re)existir e, dessa maneira, de resistir. (Souza, 2018, p. 48).

Diante desse contexto, o empoderamento feminino para nós mulheres pretas é muito importante na universidade, sermos aceitos com nossos corpos, nossas histórias no ensino superior, também incomoda, imagina quando chegamos nesse lugar e enfrentamos o racismo por nossa cor, porque muitas das vezes não somos vistas como capazes.

“Em Intelectuais negras, bell hooks fala sobre o quanto as mulheres negras foram construídas ligadas ao corpo e não ao pensar, em um contexto racista” (Ribeiro, 2019, p. 18). Isso significa que quando chegamos nos espaços e que nos posicionamos, podemos sim atrair incômodos para muitos, que sempre nos viram como diferentes, principalmente quando somos do sexo feminino, o racismo ainda é mais nítido nos espaços.

Portanto, o empoderamento feminino de mulheres negras nas universidades, tem se mostrado cada vez mais difícil, entre estudantes negros e principalmente entre mulheres negras quilombolas que não encontram representatividades, como as leituras e textos acadêmicos de pautas relacionadas as suas histórias ancestrais, por exemplo, ou políticas que apoiem a permanência desse estudante que não consegue se manter no universo acadêmico.

Apesar das conquistas de mulheres que já ocupam alguns espaços, ainda é preciso de engajamento para que outras mulheres também acessem essas instituições. Em toda a nossa história a população indígenas e a população afro-brasileira tem lutado em busca de problematizar por seus direitos.

As universidades trazem um ensino eurocêntrico elitista, e os escritores negros não são discutidos nas disciplinas. O que mais precisa ser feito para conseguir isso? Grupos marginalizados entram na universidade, quem garante a permanência desses estudantes? Quem estuda e defende o negro tem que se responsabilizar pela saúde da população negra? Devemos pressionar os brancos a estudar mais sobre o letramento racial?

## 9. RECOMENDAÇÕES GERAIS E INQUIETAÇÕES REFLEXIVAS

Falar sobre mulheres negras quilombolas direitos humanos e as políticas de ações afirmativas é de extrema importância para pensarmos a realidade de quilombolas, ribeirinhas, entre outras. Através dessas políticas muitas das mulheres negras passaram a ser mais visibilizadas nos espaços que não eram comuns serem ocupados por elas, mesmo que nesse espaço muitas dessas mulheres quando chegam passam por muitos desafios e experiências específicas, ou seja, seus mundos passam a mudar em vários sentidos, tanto pessoal como emocional.

Contudo, não significa que essas mulheres não sejam resilientes, empoderadas, corajosas, inteligentes e sejam protagonistas das suas próprias histórias, muito pelo contrário, são mulheres que tem um potencial para acessar qualquer espaço que desejarem, mais infelizmente, quando ocupamos esses espaços vivenciamos a discriminação racial, de gênero e econômica, sofremos com os estereótipos que são atravessados por nossa cor de pele.

Assim, não encontramos representatividades que nos represente nesse espaço, tanto pelo corpo docente como pelos currículos e nem por referência que sejam pensados para essas alunas(os). Nesses contextos, muitas dos estudantes negros ainda enfrentam a pressão para que sua vida acadêmica seja produtiva, não recebendo o reconhecimento que deveria receber pois a maioria delas vem de realidades muito diferentes da maioria que é encontrada nesse espaço acadêmico.

É importante fortalecer as(os) estudantes negras(os) quilombolas que acessam as universidades públicas, no fortalecimento e engajamento para que elas se sintam representadas nas instituições acadêmicas, pelas gestões e demais representações. Dessa forma, é necessário que esses alunos quando acessar o campus ao chegar nesse espaço tenha algum serviço de acolhimentos para suas subjetividades, quando assim for precisa. Criar esses espaços é fundamental para que possam assim compartilhar suas experiências com os pares, com aqueles que passam por problemáticas idênticas relacionadas a dinâmica acadêmica.

Dessa forma, oferecer os suportes necessários que sejam pensados para esses estudantes que são os mais prejudicados é essencial para a saúde mental desses alunados. Ademais, reconhecer que quando uma mulher negra conquista seu espaço nas universidades, ela representa muito para sua comunidade e para sociedade com toda sua potencialidade.

Apoio emocional é muito importante, pois esses estudantes precisam de uma rede de apoio psicológico, atentando sempre para suas subjetividades. É muito importante também que os estudantes negros, quilombolas entre outros, tenham acessos iguais às oportunidades

acadêmicas, bolsas de estudos, estágios, sem ser prejudicados pelo racismo. Fornecer suporte e recursos para lidar com o racismo, como programas de aconselhamentos, canais de denúncias racistas e políticas antidiscriminação.

Nesse contexto, podemos perceber rotineiramente nas práticas cotidianas e institucionais toda forma de racismo que se constitui como sendo normal na sociedade, ou seja, o racismo é perpetuado nas mais diversas camadas da sociedade, entre elas estão as leis em nosso país que pouco têm nos ajudado, mas reforça ainda mais as desigualdades por uma política que é preconceituosa e discriminatória. Ademais é muito importante que as diversas psicologias sejam mais articuladas para se atentarem nesses marcadores que os racismos carregam com a exclusão de uns por conta da sua cor da pele.

Como resultados, é possível afirmar que há ganhos significativos na UFPA na garantia de direitos de ingresso e permanência de mulheres negras quilombolas na universidade, mesmo enfrentando dilemas e tensões na implantação das políticas públicas afirmativas pelo fato de que há conflitos na comunidade acadêmica e na sociedade quanto às cotas em função da defesa de privilégios de branquitude presentes em diversos espaços e relações sociais, o que implica em sofrimento no âmbito da saúde mental e coletiva de mulheres negras quilombolas atrelado às desigualdades sociais e raciais.

Portanto, desejo que minha escrivência, como esse trabalho seja de alguma forma inspiração para outras mulheres negras, como as mulheres do meu quilombo, as mulheres que acessam as universidades, entre outras mulheres que desejem ocupar qualquer espaço.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Elisângela Nunes do Nascimento de; LIMA, Paulo Gomes. Políticas de ações afirmativas: itinerário histórico e pontuações quanto à realidade brasileira. **Laplage em Revista**, v. 4, n. 2, p. 179-196, 2018.

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática. **Psicologia da Educação**, n. 50, p. 18-29, 2020. Acesso 05 de Set 2023 <[Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática \(fcc.org.br\)](https://www.fcc.org.br/permanencia-de-estudantes-pobres-nas-universidades-publicas-brasileiras-uma-revisao-sistemtica)>

ALMEIDA, Andre Pereira de. Racismo de Estado. **Clareira-Revista de Filosofia da Região Amazônica**, v. 3, n. 2, p. 143-159, 2017.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. SP: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BAROSSO, Luana. (Po) éticas da escrevivência. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, p. 22-40, 2017.

BERTH, Joyce. **Empoderamento**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BEZERRA, Ivanilza Souza; DA SILVA, Cícero. Mulheres, negras e quilombolas: o empoderamento social das Amélias, grupo de mulheres de Portalegre/RN. **Travessias**, v. 13, n. 3, p. 107-122, 2019.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. SP: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CAMPOS, Amária Campos de; LIMA, Débora Gomes; DE SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro. Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. 1ª. ed. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2021. v. 1, cap. 7, p. 89-96.

CAMPOS, Laís Rodrigues *et al.* Do Quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência. 2016. Disponível em: <[Dissertacao Quilombo Universidade Trajetorias.pdf \(ufpa.br\)](https://www.ufpa.br/dissertacao-quilombo-universidade-trajetorias.pdf)> Acesso em: 02 de ago. 2023

CAMPOS, VívianTatiene Nunes. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”: o racismo institucional definindo quem nasce e quem deixa de nascer no Brasil. **Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas**, p. 71, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro. 2011.

CORREA, Josielem Ribeiro. **Origem da comunidade quilombola de Umarizal a partir da oralidade local**. 2021.

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Autêntica Editora, 2020.

DEUS, Zélia Amador de. Políticas de Ação Afirmativa como Estratégia de Construção da Igualdade Racial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. Ed. Especi, p. 87-100, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia, p. 201-212, 2005.

FERNANDES, Claudia Monteiro *et al.* **Desigualdades raciais e de gênero na educação superior no Brasil**. 2021.

FERREIRA, Maria Raquel Dias Sales; EITERER, Carmem Lúcia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GALINDO, Dolores *et. al.* Biopolítica, Direitos Humanos e Racismo de Estado em nome da paz e da segurança. **Mnemosine**, v. 10, n. 2, 2014.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

GROSSI, Patrícia Krieger *et al.* Mulheres quilombolas e políticas públicas: uma análise sobre o racismo institucional. **Diversidade e Educação**, p. 121-132, 2019.

HOOKS, Bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução: Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Editora Elefante, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2ª ed.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf)>. Acessado em: 27 jun. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2018.** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Acessado em: 07 de jan. 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**, Brasília, 2020. Disponível em: <[Ipea - Atlas da Violencia v.2.7 - Atlas da Violência 2020](#)> 27 jun. 2023.

JESUS, Camila Moreira de. O estilo afro em evidência: problematizando as novas hierarquias da indústria de beleza para cabelos crespos. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 12, n. 40, p. 199-212, 2019.

LEMO, Flávia Cristina Silveira; FRANCO, Ana Carolina Farias; DE FREITAS, Felipe Sampaio. Direitos Humanos, biopolítica e disciplina: o corpo e a vida no campo da judicialização no contemporâneo. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 8, n. 1, p. 99-107, 2019.

LOPES DA FARIAS, Nilton. **As Políticas Públicas Especiais de Acesso de Quilombolas às Universidades:** o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal–Baião–Pará. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil.

MALCHER, Maria Albenize Farias. O Impacto Político-Territorial de Políticas Afirmativas: Reflexões Acerca da Educação Quilombola. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 13, n. Ed. Especi, p. 169-187, 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini Organizadora *et al.* **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acessado em: 09 de jan. 2022.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [S.L.], v. 23, p.1-14, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2019.v23/e180353/>>. Acessado em: 11 de mar. 2023.

MULHERES, O. N. U. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 2011. Disponível em: <[revista.pdf \(ipea.gov.br\)](#)> Acessado em: 27 jun. 2023.

NASCIMENTO, Carla Judynara Pereira do. Políticas Públicas: cotas raciais à luz da constituição brasileira. In: **Congresso Interinstitucional UNISC/URCA**. 2017.

NAVEGANTES, Aline de Souza. **O CEDENPA e a luta pela implantação das políticas de cotas étnico-raciais na Universidade Federal do Pará (UFPA)**. 2019.

PEREIRA, Augusto Renan Cervo. **Políticas Públicas para as Mulheres: da história à intervenção profissional**. 2018. 41 f. TCC (Graduação) - Curso 33 de Psicologia, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez. 2016

PINHEIRO, Ellana Barros. **A Política Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará (UFPA): A Perspectiva de Atuação da Equipe Multiprofissional no Atendimento aos discentes**. 2014.

PINHEIRO, Ellana Barros. Da intenção à realidade: políticas de ação afirmativa na área da Educação: primeiras ações na Universidade Federal do Pará (UFPA). **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2015.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes Pinto. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açaí, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. 1999. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas**. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, PUC/SÃO PAULO, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Ed. Novo Hamburgo-RS: Editora Feevale, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. [Série Feminismos Plurais].

SANTOS DEALDINA, Selma de (Ed.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. Sueli Carneiro, 2020.

SANTOS, Debora Raquel dos. **Mulheres Negras eos Desafios no Âmbito da Educação**. 2019. 67 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Humanas Sociais, UFERSA, Mossoró, 2019.

SANTOS, Debora Raquel dos. **Mulheres Negras eos Desafios no Âmbito da Educação**. 2019. 67 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Humanas Sociais, Ufersa, Mossoró, 2019.

SILVA, Carlos Fernando Cruz da *et al.* **Políticas afirmativas, educação e escolas públicas: uma análise sobre o sistema de cotas-Caso UFPA**. Disponível em: <[RIUFPA](#)>. Acessado em: 12 de jul. 2023.

SOUZA, Carmen Lúcia Ferreira de; ANTUNES, Lauren Barbosa; NUNES, Georgina Helena Lima. Mulheres quilombolas e educação. **Identidade**, v. 18, n. 3, p. 382-386, 2013.

SOUZA, Natália de Lima. **Ethos e negritude: cabelo e corpo como símbolos de identidade e autoestima de mulheres afrodescendentes**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SISTEMA de cotas amplia possibilidades de aprovação de estudantes cotistas na UFPA. **Assessoria de comunicação da UFPA**. Belém, 25 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12320-sistema-de-cotas-amplia-possibilidades-de-aprovacao-de-estudantes-cotistas-na-ufpa>>. Acessado em: 12 de nov. de 2023.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; DE CASTRO, André Giovane. Biopolítica, racismo e vida nua: quando o sol não nasce para todos. **Revista Quaestio Iuris**, v. 14, n. 01, p. 291-321, 2021.